**A REVOLUÇÃO CHEGOU À VIZINHANÇA**

**1 – Chile e Equador mostram o caminho. A crise revolucionária se mantém e se aprofunda no mundo. É hora da revolução!**

A revolução popular, indígena, estudantil e dos trabalhadores estourou no Equador! Com o anúncio do aumento em 123% no preço dos combustíveis, o país enfrentou fortes protestos e indignação por parte da população. No dia 3 de outubro, o presidente Lenin Moreno decreto estado de exceção no país tamanha a grandiosidade dos protestos, e na tentativa de conter os mesmos. A alta no preço dos combustíveis é uma medida acertada diretamente com o FMI, e a postura do presidente foi a de que não recuaria. A exigência foi a de que o estado deixasse de subsidiar os combustíveis, gerando assim um aumento absurdo no custo de vida da população.

A população, no entanto, reagiu com fúria. E a repressão do governo somente elevou o nível dos protestos. Com centenas de prisões e alguns mortos pelo governo, Lenin Moreno faz o discurso de que o que ocorre no país é um golpe contra o seu governo, que seria orquestrado pelos sindicatos que manipulariam os movimentos indígenas. A provocação do governo é respondida com ainda maior intensidade dos protestos.

Lenin Moreno é um governo considerado tradicionalmente de direita. E na verdade está enfrentando o descontentamento popular que está tomando conta da América Latina e do mundo. Seria cômico se não fosse trágico, mas o governo acusa os manifestantes de golpistas, num discurso semelhante ao do PT no Brasil quando a presidente Dilma também enfrentou protestos que se originaram contra seus ataques e acabaram levando à sua derrubada.

Nem no Brasil nem no Equador há golpe nenhum. O que há são governos que seguem à risca a cartilha do FMI, com medidas contra o povo, e que apresentam a austeridade como saída – sendo a austeridade apenas para cortar direitos, salários e empregos dos explorados. Foi assim no mesmo Equador nos tempos de Rafael Correa (supostamente de esquerda) e segue assim agora com Lenin Moreno.

Nas ruas, nas praças, nos piquetes e barricadas o que se vê na verdade é um povo tentando resistir da forma que pode. Se vê também que as direções sindicais e indígenas enfrentam uma violenta adaptação ao sistema democrático burguês sendo incapazes de apresentar uma saída real para o Equador. Ainda assim, estão presentes instrumentos clássicos das insurreições dos trabalhadores: há ações de autodefesa dos manifestantes, organismos embrionários de duplo poder, divisão nas Forças Armadas e claramente uma incapacidade de manter o controle por parte do regime burguês.

Os manifestantes, em sua ampla maioria indígenas, chegaram a tomar a sede do parlamento equatoriano no dia 8 de outubro, numa ação exemplar de assumir simbolicamente o poder. Mesmo que de forma inconsciente, a revolução equatoriana é profundamente anticapitalista, socialista e popular.

A democracia burguesa está quebrada e todos os partidos do regime, da direita à esquerda, tentam salvar as instituições do Estado contra a revolução das ruas. O descontrole da burguesia é tão grande que foram obrigados a fugir de Quito e transferir a sede do governo de lá para Guayaquil.

Não há dúvidas: há uma revolução em curso no Equador, com uma crise revolucionária aberta. O povo equatoriano, em especial os indígenas, estão gerindo novos organismos de poder e questionando o poder burguês vigente. O governo reage com mais violência, prisões e mortes, e a revolução se enfrente com a contrarrevolução em campo aberto, e este conflito é a prova incontestável que o povo está cansado de viver sob a exploração do capitalismo.

Os trabalhadores utilizam das táticas características das insurreições e revoluções, e uma greve geral foi organizada no país. Como forma de se autodefender da violência estatal burguesa, os manifestantes organizados também conseguiram deter policiais e militares que atuavam como agentes de repressão, mantendo-os como prisioneiros políticos. Os revolucionários montaram comitês de defesa, políticos e de justiça.

O capitalismo, seja administrado pela esquerda ou pela direita, não tem mais condições de garantir avanços para a classe trabalhadora de nenhum país. O processo do Equador deixa nítido que essas convulsões sociais se darão com frequência e só revoluções socialistas com uma direção revolucionária coerente poderão acabar com a crise capitalista superando este sistema. As revoluções que pareciam longínquas chegaram à vizinhança do Brasil e o Equador está mostrando o caminho.

Diante da força da insurreição, o governo foi obrigado a suspender a medida que dava fim aos subsídios aos combustíveis, e tentar discutir com as direções indígenas e sindicais um plano alternativo. Com certeza o recuo do governo é uma vitória da luta, e não seria possível se não houvesse a resistência. Porém, é clara a manobra do governo. Como não conseguiu impor os planos do FMI à base da força, agora adota a tentativa de fazer um pacto social, como tradicionalmente são os governo de Frente Popular que tentam fazer. Tentam cooptar as lideranças dos movimentos, atendem algumas demandas da luta e restabelecem a governabilidade e a ordem capitalista, até eu refazem o ataque com ainda mais força.

**A saída para o Equador é uma só: é preciso derrubar o governo, por abaixo a Assembleia Nacional e reorganizar o país através dos organismos do povo rompendo de vez com o FMI e o Banco Mundial.**

Ainda que o governo tenha sido obrigado a recuar, a luta no Equador segue em curso e não pode haver conciliação de classes. As saídas que tentam humanizar o capitalismo, ou que busquem algum pacto, com os subsídios estatais não sendo cortados, ainda são saídas apenas momentâneas, que logo em seguida irão explodir novamente.

A experiência de enfrentamento contra o governo deixou nítido que a polícia, o exército, a Assembleia Nacional, a imprensa e o sistema judiciário do país são inimigos dos trabalhadores e abandonam a “defesa da democracia” na primeira ameaça a si mesmos.

Todos os trabalhadores devem se solidarizar com a luta no Equador. Devemos tomar o exemplo dos indígenas e trabalhadores equatorianos, que demonstram mais do que nunca que para termos paz e direitos de verdade é necessário travar uma guerra de morte contra a classe que nos explora e nos oprime, derrotando também os governos de plantão que prestam serviços aos FMI e ao Banco mundial.

No Chile, o processo ainda não chegou tão longe quanto no Equador, mas também há um processo revolucionário, e as causas e dinâmica têm muito em comum.

O levante do povo chileno se iniciou na capital Santiago, onde começaram as manifestações nas estações de metrô que tiveram que ser fechadas por conta dos protestos contra o aumento do preço das passagens. Assim como no Brasil em 2013, esse foi somente o estopim de uma revolta muito maior. No caso do Chile, a tarifa subiria cerca 16 centavos de real, mas os protestos logo deixaram claro que “não é apenas por 16 centavos”.

O Chile é o país da América Latina que vem aplicando os planos defendidos pelos neoliberais há mais tempo. As teses liberais, da conhecida Escola de Chicago, são implantadas desde a ditadura de Pinochet, e seguiram sendo aplicadas pelos governos de direita e de esquerda eleitorais, como Ricardo Lagos e Michele Bachelet. “Socialistas”, democrata-cristãos e conservadores aplicam o mesmo programa no Chile, de ataques à Previdência, privatizações e “Estado mínimo”, que significa deixar cada um por si no que se refere até mesmo à saúde e educação, que também são pagas no Chile.

O liberalismo chileno faz com que, em alguns casos, se pague mais para estudar em uma universidade “pública” do que na diretamente privada. Da mesma forma, não existe um sistema público gratuito de saúde. E a Previdência foi desmontada e hoje é pelo sistema de capitalização, que o ministro Paulo Guedes tentou implantar no Brasil como parte da Reforma da Previdência. Por este sistema, não há garantia de salário mínimo na aposentadoria e, se a pessoa não conseguir economizar o suficiente, ou se os gestores do seu dinheiro aplicarem mal ou forem corruptos, ou, ainda, se houver uma crise que derrube as bolsas e aplicações, o trabalhador que contribuiu a vida toda chegará na velhice sem receber nada!

Por isto, nunca foi apenas pelos 16 centavos. E a onda de protestos se transformou em uma verdadeira insurreição popular contra o governo de Piñera. Já no primeiro dia das manifestações radicalizadas, foi decretado o toque de recolher. Isso fez a revolta aumentar ainda mais. A repressão, então endureceu e o exército começou a atirar nas pessoas, junto da Gendarmeria, a criminosa polícia nacional militarizada do Chile. Piñera matou 20 manifestantes, deixou centenas de feridos (vários cegos) e fez cerca de 10 mil presos políticos. Além disso, foram dezenas os casos de mulheres agredidas sexualmente, inclusive estupradas. Piñera reabriu as portas do terror de Estado chileno e os trabalhadores e as trabalhadoras, a juventude e o movimento popular se uniram para sua derrubada. O grito de revolução ecoou no Chile como há muito tempo não ecoava.

Diante disso, o governo suspendeu o aumento das tarifas do metrô, Piñera foi a público pedir desculpas por não ter escutado o povo, e anunciou medidas na tentativa de conter os protestos: prometeu aumento nas aposentadorias e no salário mínimo, congelamento nas tarifas de luz, corte nos salários de parlamentares, e prometeu subsidiar essas medidas com maior taxação sobre que ganha acima de 8 milhões de pesos (45 mil reais, mais ou menos).

Mas o recuo veio tarde demais. O povo já sentiu o gosto da luta de classes, e o sangue dos mártires da luta não vai ser esquecido. Apesar das concessões do governo, os protestos seguiram. E com a continuidade da insurreição, Piñera provou que tudo era apenas um jogo de cena e suas desculpas eram um teatro: manteve a repressão e os toques de recolher. E assim ainda segue o Chile.

Com pedras, autodefesa, e da forma que podem, os manifestantes se lutam e resistem. O Chile mostra a falácia de que o neoliberalismo é a saída. E o povo unido e em movimento mostra que migalhas oferecidas não resolvem a raiz do problema. Os chilenos lutam para ter uma vida mais digna, e a simplicidade e justiça de suas demandas só podem ser resolvidas numa luta geral contra o capitalismo.

**É preciso colocar para fora Piñera! E construir comitês populares de luta, autodefesa e deliberações, como no Equador, e que deles surja uma grande assembleia popular, operária e estudantil para decidir os rumos do Chile!**

Não se trata de uma luta contra um Piñera conservador e pela volta de uma Michele Bachelet de esquerda. Ambos projetos são um fracasso – e na verdade só são pequenas variantes do mesmo projeto. Ambos, mesmo com aparências distintas, têm o mesmo conteúdo de defesa da propriedade e do Estado capitalista.

A crise no Chile é a mesma do Equador, do Brasil, da Argentina e da Venezuela. É a crise do capitalismo que está agonizando. As revoltas são o grito dos povos, dos de baixo, que não querem deixar que a barbárie tome conta. O socialismo é uma necessidade. E toda insurreição e revolução contra os efeitos do capitalismo é uma insurreição e revolução socialista, ainda que inconsciente, sem direção e sem um programa claro, como já ensinou Nahuel Moreno.

E à medida que estes processos se generalizam, mais e mais situações como esta exigirão uma direção e um programa revolucionários, com medidas concretas: tomada dos meios de produção e organização da economia do país sob controle dos trabalhadores; destruição das Forças Armadas e órgãos de repressão; dissolução do Congresso, governo e Justiça burguesas e substituição por organismos de poder operários; ruptura com o imperialismo; e construção de uma nova ordem social com o combate às opressões de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

É necessário expropriar a propriedade privada dos meios de produção. Que se expulsem as multinacionais e toda a burguesia parasita do país. É necessário construir um tipo de poder que enterre de vez governos repressores, mas que acabe também com a falsa democracia que se vende como forma de organizar a sociedade. Não basta reduzir salário de parlamentares. Estes tem que ser eleito diretamente pelo povo, com assembleias nos bairros, fábricas, escolas, universidades. Os mandatos devem ser revogáveis a qualquer momento, e o salário deve ser o mesmo padrão de um trabalhador comum. Para isso é necessário apontar um caminho para o Chile: uma revolução que estabeleça um poder da classe trabalhadora chilena, a partir de seus organismos de luta. Isto não pode mais ser apenas propaganda para círculos de militantes. Deve ser parte da agitação revolucionária junto às massas chilenas, pois é o único caminho da vitória.

**2 – Crise, guerras e revoluções.**

A crise mundial iniciada em 2008 ainda não acabou e é a maior da História do capitalismo. Já era quando fundamos o nosso partido em 2013 e cada vez mais isso é indiscutível. O capitalismo vive uma crise estrutural e de superprodução sistêmica, e perdeu trilhões de dólares em capital nos últimos anos. Com pequenos espasmos de recuperação e novas quedas, não houve nem vai haver uma recuperação completa retornando ao nível pré-2008. O aprofundamento das contradições do modo de produção capitalista chegaram ao auge.

As crises capitalistas são cíclicas, mas, mesmo havendo uma recomposição parcial das forças produtivas aniquiladas durante as crises, esta recomposição se dá sobre outras bases, com o capital mudando de mãos e se concentrando ainda mais com um pequeno setor da burguesia. Mesmo quando as coisas “voltam ao normal”, esta normalidade já é outra, diferente da que existia antes. Os trabalhadores pagam a conta dos efeitos das crises, e os mais ricos ganham os subsídios e recursos para “salvar” os países das mesmas crises.

Em outubro de 2015, pela primeira vez na História, o 1% mais rico superou a riqueza dos outros 99% da humanidade, num grau de superexploração e concentração da riqueza jamais visto. Neste mesmo momento os 62 mais ricos do mundo possuíam a mesma riqueza que 50% da população mundial. Em janeiro deste ano, a mesma entidade que compilou estes dados, a Oxfam, que baseia seus estudos nos dados do Credit Suisse Wealth Report e na lista de milionários da Forbes, anunciou que, em 2018, apenas a riqueza de 26 bilionários era a mesma de metade da população, ou 3,8 bilhões de pessoas.

Nos últimos 3 anos isso se agravou ainda mais. Sob o imperialismo, cada vez ocorrem mais fusões, monopólios e superconcentração do capital. O custo para retomar (mesmo que parcialmente) a lucratividade das empresas foi repassado dos governos para as costas dos trabalhadores, sob a forma das políticas de “austeridade” que se universalizaram nos últimos anos. Essas políticas significam uma massiva transferência de recursos públicos (ou seja, extraídos dos trabalhadores, seja por mais impostos, corte de orçamento social ou congelamento de salários e retirada de direitos) para os bancos e grandes empresas. Esse movimento provoca uma grande deterioração dos serviços públicos, da saúde, educação, moradia, transportes, aposentadorias, salários e condições de trabalho, além de dilapidar o patrimônio público e endividamento recorde, o que leva a ainda mais cortes e ataques.

Esta realidade de agravamento da miséria e dos ataques, no entanto, levou a uma radicalização da luta de classes, com mobilizações massivas de trabalhadores, chegando, inclusive, a derrubar governos em vários países do mundo. Este ascenso internacional dos trabalhadores se expressa, por exemplo, nos protestos de massa contra Trump nos Estados Unidos; nas fortíssimas greves e lutas na Europa; mas, em especial, pelas revoluções em curso no Oriente Médio, Norte da África, Hong Kong e Equador, por exemplo.

Quando o capitalismo não consegue fechar sua maior crise em todos os tempos, que se arrasta há uma década, e **não pode mais** governar normalmente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores **já não querem** nem aceitam sua situação, e se rebelam, colocam em risco suas vidas e cada vez mais lutam e se organizam para colocar fim à exploração, mesmo que desordenadamente, temos uma **situação mundial revolucionária**, muito claramente. Esta caracterização sequer é uma novidade, e já perdura há muitos anos. Praticamente todas as alternativas de Frente Popular já foram tentadas, e seus sucessivos fracassos trataram de irritar ainda mais a população, de cuja parcela cada vez maior está disposta a romper com a institucionalidade e aderir a uma saída radical.

Assim, ao mesmo tempo em que há enormes e cada vez mais numerosos ataques, há enormes e cada vez mais numerosas lutas, e esta polarização social reflete a crise da democracia burguesa e a falência estrutural do capitalismo, o que leva ao crescimento de alternativas mais duras à direita e à esquerda, com a burguesia acelerando a militarização e medidas bonapartistas ou ditatoriais em alguns locais, assim como com o proletariado aprofundando ações diretas e lutas radicalizadas.

Entretanto, o ascenso dos trabalhadores é marcado por importantes contradições, em especial a ausência de uma direção revolucionária. Os trabalhadores lutam contra os sintomas do sistema capitalista e seus efeitos em cada país, mas não contra o próprio sistema como um todo. Assim, os trabalhadores lutam como nunca, mas são governados como sempre, com a alternância de governos burgueses que vão da direita mais assumidamente reacionária, como Trump nos EUA, ao reformismo mais “à esquerda”, como é o caso do Syriza na Grécia.

Essa crise precisa ser superada mediante a combinação da ação de massas, que é a arma mais importante para derrubar o capitalismo e forjar a experiência, tomada de consciência e organização dos trabalhadores; com a construção de uma nova direção; e com uma disputa a fundo pela consciência dos trabalhadores, em termos da necessidade de destruir o capitalismo e construir uma nova sociedade, socialista. Essa disputa tem que ser travada em cada luta e em cada mobilização.

Os trabalhadores seguem lutando e buscando saídas. E estas saídas, que ainda não estão claras para a massa, ao menos acontecem, cada vez mais, em oposição à reação democrática e por fora das ilusões eleitorais. Isso se dá em razão da comprovada impossibilidade de mudar qualquer coisa relevante por dentro do capitalismo, após as experiências fracassadas de governos reformistas de todos os tipos mundo afora.

Por isso, é preciso reafirmar o apoio incondicional às lutas de todos os trabalhadores ao redor do mundo. Lutar de modo intransigente contra todos os ataques do capitalismo sobre nossa classe, e apoiar todas as lutas internacionais neste sentido. Defender e lutar pelo emprego e pela melhoria dos serviços públicos, dos salários, dos direitos sociais e das condições de trabalho. Lutar pelo não pagamento das dívidas públicas de todos os países oprimidos. Exigir e mobilizar contra as guerras e invasões imperialistas; pela retirada das tropas, bases e agentes imperialistas de todos os países oprimidos. Lutar contra a xenofobia, a islamofobia e o racismo. Por direitos iguais para os trabalhadores imigrantes; contra as agressões fascistas e a ultradireita. Contudo, todas estas campanhas e eixos do nosso programa, que devemos tentar levar ao terreno da agitação e da agitação para ação, precisam estar apoiados na construção de uma direção revolucionária. Nosso camarada Nahuel Moreno já dizia que todas as táticas e estratégias intermediárias que adotamos na luta contra a exploração capitalista devem estar subordinadas a duas estratégias gerais: a mobilização permanente das massas e a construção da direção revolucionária.

Precisamos apoiar e ajudar a organizar as lutas populares, onde for possível, e combinar cada luta concreta específica à luta pela tomado do poder. Pela derrubada dos governos capitalistas, que implantam estes ataques, sejam eles de direita ou de “esquerda”, pois todos os governos, dentro do capitalismo, são inimigos da classe trabalhadora!

**3 – Recuperação parcial nos EUA, mas crise política no coração do imperialismo.**

Os EUA, às custas da exploração cada vez maior do restante do mundo, vêm conseguindo se recuperar gradualmente dos efeitos mais graves da crise econômica mundial, que surgiu exatamente no seu interior, em 2007. No entanto, apesar de um crescimento em torno de 2,5% do PIB em 2019 e do baixíssimo índice de desemprego, em 3,5%, a crise ainda afeta bastante os mais pobres.

Depois de uma onda de falências e queda do PIB, com milhões de novos desempregados, cujo auge foram os anos de 2009 e 2010, a economia norteamericana voltou a se recuperar à medida que a crise foi “exportada” aos países mais pobres. Em primeiro lugar, o governo Obama estatizou a crise, literalmente. Comprou dezenas de empresas, salvas pelo dinheiro público. Isso chegou até mesmo às gigantes General Motors e Ford, além de inúmeros bancos, empresas de seguro, indústrias, etc. A “Meca” do neoliberalismo e do Estado mínimo recomenda privatizações a todo mundo, mas sabe muito bem que é a estatização e o controle público que podem resolver os problemas da economia. O ex-presidente Roosevelt, que assumiu os Estados Unidos na década de 30, depois da até então maior crise econômica da História, em 1929, já havia feito o mesmo, com uma política de intervencionismo estatal na economia, grandes investimentos públicos e estatizações em massa. Obama fez o mesmo caminho a partir de 2008 (sendo seguido pelos europeus, depois).

A “estatização” das dívidas das enormes empresas fez com que elas deixassem de quebrar. No seu lugar, foram os Estados nacionais que quebraram. Foi isso que aconteceu na Grécia, Irlanda, Portugal e, em menor medida, na Espanha. Quanto menor o país, mais quebrado ele ficou. Países com economias um pouco maiores como a Itália, passaram por uma séria crise, mas ainda se seguraram. França, Inglaterra e Alemanha tiveram abalos menos intensos. E os EUA, onde tudo começou, depois de estatizar a crise, “exportou” esta crise, internacionalizando os custos das dívidas que assumiu.

Foi neste momento, que ocorreu 2 ou 3 anos depois do início da crise no coração do imperialismo, que Argentina, Brasil, Venezuela, países do norte da África e do Oriente Médio, Rússia, etc., sofreram as piores consequências. O resultado foi um estancamento da crise nos EUA (que, mesmo assim, seguiu muito forte, mas num patamar estável, ainda que ruim), e foram os países periféricos os que entraram em decadência total. É depois disso que ocorrem as revoluções da Primavera Árabe, os Kirchner são escorraçados na Argentina (pela crise recorde), o mesmo ocorre no Brasil com Dilma, a Venezuela entra no caos político, econômico e social, etc.

Tudo isso é decorrência da maior crise econômica do sistema capitalista e da exportação dos seus efeitos por parte do imperialismo, que é quem controla e manipula as taxas de câmbio, os juros internacionais, o fluxo do comércio mundial e o preço das matérias-primas, alimentos e produtos em geral (commodities). Este fenômeno de “exportação da crise” se repetiu, em menor escala, nos últimos anos. Acossado por uma nova onda da crise mundial, Obama viu o desemprego aumentar muito e o PIB desacelerar com força. Contra o aumento da pobreza e os políticos em geral, Donald Trump vence as eleições e passa a impor tarifas alfandegárias pesadas contra o aço, carne e todos os produtos que os EUA compravam em grande escala de países como Brasil, Argentina, Rússia, etc. Ao mesmo tempo, impôs o aumento generalizado de tarifas contra a China. O reflexo foi a perda de lucratividade de empresas importadoras e exportadoras dos EUA, uma pressão inflacionária, aumento da crise mundial (em especial com problemas na China), mas uma recuperação econômica dos Estados Unidos.

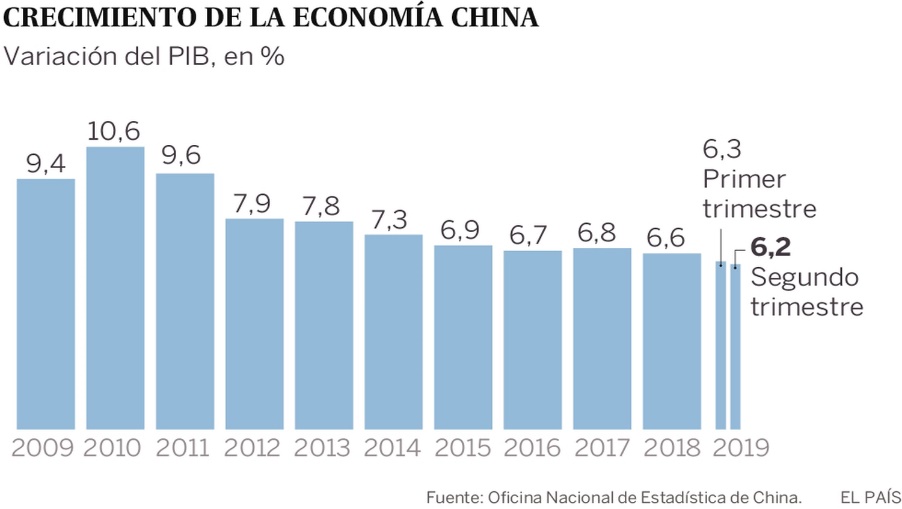
Para o tamanho da crise e pelo tempo em que ela destruiu a economia mundial e dos EUA, isso tudo ainda é muito pouco. Mas é o suficiente para ainda conter as fortes manifestações sociais que se multiplicaram pelo país na última década. A questão é que, enquanto o balanço das empresas tenta voltar ao normal às custas do empobrecimento ainda maior do resto do mundo, os efeitos sociais, mesmo nos EUA, são irreversíveis. Os milhões de trabalhadores que haviam comprado imóveis e que não conseguiam mais pagar suas prestações e hipotecas (o começo da explosão da “bolha imobiliária”) perderam suas casas e não vão recuperar mais. Cidades inteiras que eram industriais não vão mais produzir nada e seguirão fantasmas. Os cortes sociais não serão mais recuperados. Os efeitos gerais da crise foram apropriados pela burguesia imperialista, que, na hora da recuperação, concentra em suas empresas a retomada da economia. Foram 6 milhões de pessoas que recuperaram seus empregos nos últimos anos, mas os mais pobres seguem pobres, e Trump não conseguiu cumprir o que prometeu nas eleições.

Isto tudo tem reflexos nas lutas. As greves e manifestações nos EUA cresceram muito nos últimos anos. E a ilusão da mudança por dentro do sistema, com Obama, desmoronou. Sem acreditar que possa haver um governo diferente, houve uma nova onda de lutas negras por todo o país, seguida de manifestações de imigrantes contra as jaulas de imigrantes de Trump e de mulheres, como parte da primavera feminista que se fortalece no mundo inteiro. O Fora Trump ganha peso nas ruas, e inclusive no Congresso se abriu o processo de impeachment.

O governo não consegue aplicar suas medidas mais duras, anunciadas na campanha eleitoral e o imperialismo segue em crise! A recuperação parcial é real mas não foi capaz de recompor sua economia, além de ter deixado feridas sociais irreparáveis dentro do capitalismo e provocado uma nova onda de pobreza em massa, dívidas e, com isso, reações populares e revoluções mundo afora. Isso tudo prova que não há saída geral para o capitalismo, e os trabalhadores sempre acabam perdendo. Também mostra o quão importante é lutar dentro dos Estados Unidos, com sua poderosa classe trabalhadora e com os milhões de imigrantes, pois só a tomada do poder nos EUA conseguiria destruir o capitalismo em âmbito mundial.

**4 - A economia chinesa desacelera e a revolução e Hong Kong desafia o regime**

A China é o país mais populoso do mundo, o que a faz ter o maior mercado consumidor interno e também a maior mão de obra disponível para produzir. São 1 bilhão e 400 milhões de chineses, podendo trabalhar por pouco dinheiro e quase sem direitos sociais e trabalhistas; assim como este mesmo número de pessoas precisa comer arroz e carne, se vestir e comprar produtos em geral. Não por acaso, é a maior exportadora do mundo e uma das maiores importadoras. Por mais de 2 décadas, serviu como a locomotiva do mundo capitalista, salvando o baixo crescimento dos países centrais e crescendo a taxas acima de 10% ao ano.



Estes números foram baixando, especialmente desde 2010, e a economia, trimestre a trimestre, foi caindo a 9%, 8%, 7%, e agora está na casa dos 6%. No 2º trimestre de 2019, mesmo com massivos investimentos da ditadura capitalista e semi-fascista que governa o país disfarçada de “comunista”, o crescimento foi de 6,2%, o mais baixo para um trimestre em 27 anos. Estes números ainda são fantásticos comparados a qualquer outra grande economia, mas significam uma queda brutal se são comparados à própria China. A desaceleração do país leva a um forte efeito externo e outro interno.

No terreno externo, as exportações dos demais países para a China despencaram. O preço do petróleo caiu, o ferro caiu e o valor das moedas nacionais, como o real, o peso venezuelano e o peso argentino caíram. A quebradeira de nossos países se explica pela desaceleração da China, em grande medida, pois a desaceleração chinesa leva à crise do mundo inteiro. No campo interno, o “baixo” crescimento levou ao surgimento de enormes bolsões de desemprego e miséria nas grandes cidades chinesas. O resultado foi, apesar da repressão violenta da ditadura chinesa, um aumento expressivo de greves e lutas na China continental e mais ainda em Hong Kong, onde a ditadura não se estabeleceu da mesma forma. Há uma crise social, e ela já pressiona politicamente o governo, que começa a ter divisões internas importantes.

E a China não deve mais – em nenhum momento – recuperar o ritmo de crescimento anterior. O papel de grande produtora mundial de artigos manufaturados e industriais já foi ocupado e o país não cresce mais não por falta de chineses, estradas ou fábricas para produzir mais, mas porque não há mais dinheiro e pessoas no resto do mundo para comprar seus produtos. Dialeticamente, a crise chinesa leva a crise ao mundo, mas a crise mundial também traz uma crise de demanda para a China, que não tem mais para quem produzir tanto. Com menos exportações, há menos dinheiro e se importa menos também. Isso gera inflação e escassez no pais, além de desemprego.

No nosso documento internacional de 2017, dizíamos sobre a China, e este mesmo diagnóstico, que só se manteve e aprofundou: *“É isso que ocorre hoje, e o conflito social é iminente. Assim como os EUA e a Europa, a China é parte da crise e mais uma prova de que o capitalismo não tem como se recuperar de modo geral nem duradouro. Vem mais crise e lutas pela frente.”*. Pois veio Hong Kong!

Nesta metrópole de 7,4 milhões de pessoas, colônia britânica até o final do século XX. a burguesia chinesa sob a roupa de Partido Comunista, anunciou a adoção da máxima de “um país, dois sistemas”, alegando que se manteria “comunista”, mas preservaria Hong Kong capitalista. Na verdade, toda a China é capitalista há décadas, mas o que se manteve diferente em Hong Kong, de fato, foi uma liberdade relativa e maiores concessões democrático-burguesa na cidade. A ditadura chinesa não se impõe da maneira brutal como no continente. Ainda assim, o governo local é nomeado por Pequim, não há eleições diretas nem pluripartidarismo, e muito poucos direitos civis, sindicais e políticos.

Enquanto a economia ia bem, isso ainda era tolerado, mas com a economia desaquecendo, o desemprego e dívidas crescendo e uma ameaça de Pequim de que presos de Hong Kong passariam ser julgados e detidos na China continental, os protestos explodiram! Em poucas semanas tomaram as ruas da cidade toda, até que a luta se convertesse num processo revolucionário. Mais de 1 milhão de pessoas saíram juntas às ruas em diferentes mobilizações, numa proporção em relação à população total inédita. 7 milhões e meio de pessoas pode não parecer muito no Brasil, mas é mais que o dobro da população do Uruguai e maior do que mais de 30 países europeus. E 1 milhão de manifestantes é uma massa impressionante em qualquer local do mundo.

Mais do que números, a revolução de Hong Kong impressiona pelo que questiona. A luta já nasceu política. Não foi contra aumento da passagem, combustíveis ou impostos, nem por mais salário ou emprego; e depois se converteu em luta política. Neste processo, a luta já iniciou política, e em defesa de presos comum, num 1º momento. Por quê? Porque por trás da recusa em permitir que presos passassem à tutela chinesa central, está a luta por não permitir que tudo que ocorre na China continental se repita em Hong Kong. A luta é para que não seja imposta a ditadura capitalista do PCCh sobre a cidade.

Já são meses de resistência, que se radicalizou. Há enfrentamentos armados nas ruas, mesmo que não sejam armas de fogo no lado dos manifestantes, e mesmo com milhares de prisões de manifestantes, do isolamento de lideranças, de uma morte e de inúmeras perseguições, com o uso de gangues paraestatais chinesas para agredir manifestantes, demissões de trabalhadores, etc., a revolução prossegue. O governo local já recuou do projeto inicial e já fez outras concessões. O governo central não consegue ocupar militarmente com tanques e tropas a cidade. E a força da luta só aumenta e ameaça contagiar parte da China continental.

**5 - A primavera árabe na encruzilhada. Revoluções no Iraque e Líbano mostram que processos seguem abertos.**

A primavera árabe iniciou na Tunísia, em dezembro de 2010, e logo se alastrou por Marrocos, Líbia, Mautitânia, Egito, Libano, Irã, Iêmen, Síria, Turquia e quase toda a região do norte da África e do Oriente Médio. Os trabalhadores destes países saíram a lutar contra ditaduras de 20, 30 ou mais de 40 anos, que pareciam indestrutíveis. Milhares de pessoas morreram, mas milhões delas depuseram governos em vários países e realizaram verdadeiras revoluções, que colocaram regimes inteiros abaixo, e fizeram tremer o capitalismo mundial.

Infelizmente, a ausência de uma direção revolucionária impediu que qualquer um destes processos tenha expropriado a burguesia e avançado para um Estado operário, socialista. No entanto, ditaduras derrubadas não conseguiram voltar a se estabelecer na Tunísia e na Líbia, onde os novos governos oriundos da revolução se estabeleceram. Sindicatos criados às centenas por todo mundo árabe seguem funcionando e organizando a luta de classes em outro patamar, superior, em países como o Egito.

Na Síria, os efeitos da primavera árabe foram profundos, desde a terrível guerra civil, provocada pelo genocida ditador Assad, até a formação de um governo dos trabalhadores local, de tipo comunal, na região de Rojava, sob controle das guerrilhas curdas. E, mesmo onde, aparentemente, a revolução foi completamente derrotada, como na Turquia, a luta dos curdos se desenvolveu e uma nova vanguarda surgiu e criou novos organismos de luta.

Após vários anos, a democracia-burguesa estancou alguns processos parcialmente vitoriosos no início, e outras ditaduras não caíram ou ainda estão lutando em processos sangrentos. Em nenhum país o capitalismo foi derrotado. De qualquer forma, assim como a onda de lutas na América Latina nos anos 80 também não levou à tomada do poder em nenhum lugar, mas varreu as ditaduras, o mundo árabe está mais agitado, em luta e com fortes movimentos, bem maiores do que tinha antes. É um passo importante para novas revoluções e abre o caminho para a construção de organizações revolucionárias pela região. Experiências de duplo poder, de tipo soviético, existiram na Tunísia, na Líbia, no Egito e na Síria, pelo menos. E estas experiências, mesmo onde recuaram, deixaram lições no grau de consciência das massas, assim como forjaram vanguardas e organizações de luta, que ainda existem e podem ser o estopim de novas revoluções.

A grande tarefa é unificar novamente estas lutas e apontar para uma saída socialista e revolucionária, que deve combinar as bandeiras democráticas e por liberdades civis e religiosas, com a luta por emprego, salário e direitos. É pelas questões mais sentidas pelos trabalhadores que se vai ganhar os explorados para a compreensão de que é preciso uma nova Primavera e que só a unidade árabe contra o capitalismo pode atender às reivindicações que levaram multidões às ruas e protagonizaram feitios heroicos, que mudaram a correlação de forças no mundo.

Hoje, ainda é nos países em que a revolução foi mais longe (Tunísia, Líbia, Egito e Síria) onde há mais perspectivas para desenvolver a luta dos trabalhadores, e é preciso dizer que a crise do capitalismo e as lutas não se fecharam em nenhum deles. O futuro da revolução mundial ainda está sendo construído, e o mundo árabe pode cumprir, novamente, um papel de linha de frente. A prova disso são os processos insurrecionais que estão ocorrendo no Iraque e no Líbano, além de inúmeras lutas no Irã, Iêmen e Palestina.

No Iraque, desde o início dos protestos, em 1 de outubro, mais de 240 pessoas morreram e mais de 8.000 ficaram feridas, de acordo com um balanço oficial do próprio governo. E não se tratam de atentados terroristas, disputas sectárias entre sunitas e xiitas ou qualquer coisa do tipo. É luta de classes, direta e explícita. Os trabalhadores e estudantes iniciaram um levante popular que se converte numa revolução, cujo eixo é derrubar tudo e todos que estão no poder.

Em Bagdá, milhares de manifestantes marcham à praça Tahrir, ocupada desde o início de novembro. O movimento, que exige a "queda do regime", ganhou força com a adesão de milhares de estudantes universitários e do ensino médio, que tomaram as ruas de Bagdá e de várias cidades do sul do país. Muitos deles seguiram para a praça Tahrir. As autoridades anunciaram um toque de recolher de meia-noite às 6h da manhã, mas os manifestantes saem às ruas, enfrentam as forças policiais reproduzem músicas e protestos em alto-falantes espalhados por toda a capital.

Os sindicatos de professores, advogados e dentistas anunciaram paralisações e greves por tempo indeterminado. Além disso, as administrações de várias províncias do sul estavam bloqueadas por grevistas. A situação está fora de controle para o governo e sua derrubada está colocada como uma agitação para a ação.

No Líbano, a população saiu às ruas inicialmente para lutar contra a corrupção do governo e contra o custo de vida e a degradação econômica do país. Mas a repressão do governo e a indignação acumulada contra o desemprego, a pobreza e a perda de direitos levou à radicalização da luta e a um processo revolucionário. Uma história similar à do Chile, do Equador e de incontáveis outros países, inclusive os mais próximos ao Líbano, quando da Primavera Árabe.

Agitando bandeiras libanesas e exigindo a "queda do regime", milhares de pessoas invadiram as ruas de Beirute e de outras capitais no início de novembro, exigindo, dentre outras coisas, a derrubada do presidente Michel Aoun. Milhares de pessoas ocuparam a Praça dos Mártires, no centro de Beirute, com cartazes e bandeiras, num movimento considerado impossível nos últimos tempos.

O inédito movimento foi provocado pela insatisfação frente a uma economia à beira do colapso e serviços públicos precários. A gota d’água foi o anúncio de que se cobraria imposto pelas ligações via whats app, medida que foi rapidamente retirada pelo governo, depois dos primeiros protestos. As manifestações acontecem desde 17 de outubro e paralisam o país desde então. Gritos de "Revolução!" marcam as marchas, acompanhadas por música e aplausos. "O povo quer a queda do regime" e "Tudo significa tudo" eram algumas das palavras de ordem da multidão. "Estamos unidos contra os líderes que nos conduziram durante 40 anos, mas que não mudaram nada neste país", se dizia em Beirute e em Trípoli, a maior cidade do norte.

Também houve manifestações de apoio nas cidades do sul, bastiões do Hezbollah, que se opõe ao movimento de protesto. "Tiro, Tiro, Tiro, é por você que nos rebelamos", "Subúrbios, estamos com vocês até a morte", gritavam os manifestantes. Outros protestos foram realizados nas duas principais cidades costeiras do sul: Tiro, de maioria xiita, e Saida, com preponderância sunita.

O presidente libanês, Michel Aoun, do partido da Corrente Patriótica Livre (CPL), tenta se manter no cargo, com a capitulação do Hezbollah, mas as manifestações, após poucos dias, já transformaram a derrubada de Aoun num dos eixos do levante popular, que exige a saída de todos os políticos, com a renúncia de Aoun e a dissolução do Parlamento.

Aoun domina o Congresso através de seu partido e do oportunista Hezbollah, também aliado dos governos do Irã e do Iraque, que igualmente enfrentam grandes protestos. O Hezbollah é tão contrarrevolucionário que atacou com pedaços de pau o acampamento dos manifestantes em Beirute, e está abertamente atacando o levante popular e defendendo que tudo fique como está.

Nos últimos dias, bancos e escolas foram reabertos, e os bloqueios de estradas foram progressivamente levantados. Mas a insurreição mobilizou milhares de libaneses em várias regiões e conquistou uma grande vitória, ainda que parcial: obrigou à renúncia do primeiro-ministro Saad Hariri, um dos políticos mais importantes do país, e membro da família mais importante da política libanesa. Agora, falta derrubar Aoun e o resto do Congresso.

No Líbano, mais de um quarto da população vivia abaixo da linha da pobreza em 2012, de acordo com o Banco Mundial, e seja quem entrar no lugar de Hariri, não vai conseguir conter a insurreição por muito tempo.

**6 – A revolução curda e a experiência da comuna**

Neste exato momento, tropas turcas invadem a Síria, na região controlada pelos curdos, para massacrar a revolução e exterminar este povo, a quem Erdogan deu a opção de fugirem ou morrerem. Mas os curdos ainda resistem com heroísmo, como fizeram tantas outras vezes, quando libertaram Kobane, depois toda Rojava e até avançar ao coração do ISIS (Estado Islâmico) e acabar com esta organização semifascista que parecia invencível. Os curdos ainda estão de pé e lutando, mas abandonados por todos e com uma direção política que se recusa a avançar no combate a Assad, atacar o imperialismo e partir para uma luta aberta junto aos trabalhadores da região contra o capitalismo e pela expropriação da burguesia. Estes limites fazem da luta curda uma guerra em que a vitória é sobreviver, enquanto poderiam ser a ponta de um movimento mais amplo internacional – a única chance de eles mesmos serem vitoriosos.

Não há como discutir o futuro das revoluções árabes e da Síria, onde a revolução se choca diariamente com a contrarrevolução, e as intervenções do imperialismo estadunidense e a Rússia massacraram o povo, sem também discutir o futuro dos curdos. Hoje em dia, a Síria encontra-se completamente dividida entre forças distintas, depois da intervenção russa que garantiu a manutenção do genocida Assad no poder.

No entanto, mesmo com o fortalecimento relativo de Assad e virtual destruição do Estrado Islâmico, o “xadrez” dos campos de batalha do país segue complexo, com avanços e recuos da oposição burguesa anti-Assad, e de suas diferentes frações, que incluem desde setores mais laicos e progressivos, que estiveram na base e na origem da revolução, até setores mais comprometidos com o imperialismo europeu e norteamericano (ao menos durante a gestão Obama) e, ainda, dos setores islâmicos, como os que são ligados à Al Qaeda, e que enfrentaram o Estado Islâmico no último período.

Neste cenário conturbado em que cada cidade, estrada, poço de petróleo e colina são disputados à bala entre diferentes grupos e potências internacionais, os curdos conseguiram libertar não apenas a emblemática Kobane, onde, pela 1ª vez, o Estrado islâmico foi derrotado, mas também libertaram o restante do Curdistão sírio, e praticamente unificaram esta região, chamada de Rojava. Nestes territórios livres, com a burguesia dizimada, por fuga, expropriação, eliminação física ou destruição da própria economia, os curdos reorganizaram as cidades sob a forma de conselhos populares e militares, com propriedade comunal dos principais e restritos meios de produção, “planificando” esta mesma produção segundo os interesses dos trabalhadores. Ou seja, de uma espécie de “sovietes” nasceram o equivalente a “comunas” locais.

Esta experiência anticapitalista, contudo, nunca poderia se manter sem a expropriação da burguesia ao redor deste território, e muito menos sem a derrubada de Assad e sem a expulsão das tropas estrangeiras. Nem sequer poderia durar sem a vitória da revolução na Síria inteira e no mundo inteiro. O socialismo em um só país sempre foi uma utopia traidora e reacionária, encarregada de iludir os explorados com a promessa de “paz” e de poderem reconstruir suas vidas sem a dolorosa necessidade da revolução permanente. No entanto, se era impossível na enorme e poderosa Rússia, o que dizer da minúscula e empobrecida Rojava, uma pequena parte da pequena Síria, cercada de exércitos e grupos armados sanguinários da Turquia, Síria, Irã, Estados Unidos, Rússia, Estado islâmico, Al Qaeda e ainda muitos outros?

O resultado é que a revolução curda ficou estrangulada. E que, diante do emparedamento que sofreu, a direção curda capitulou historicamente ao imperialismo norteamericano, em quem tentou se apoiar no mar de conflitos que a cerca. Isso por si só já representou um claro retrocesso do desenvolvimento da experiência curda na Síria, que era o polo mais avançado da luta curda como um todo. Mas desde alguns meses atrás, quando Trump retirou as tropas dos EUA da Síria, o que é uma vitória dos trabalhadores da região e dos EUA, que obrigaram Trump a fugir e tomar esta medida sem conseguir impor seu projeto à região, tudo ficou ainda pior para os curdos. Como não defenderam a saída destas tropas imperialistas, não se prepararam para ela e se sustentavam relativamente nelas, ficaram expostos ao banho de sangue que Erdogan lançou sobre eles, que não podem sequer recuar muito, pois as tropas de Assad estão do outro lado.

Tendo uma opressão violenta e histórica sobre os curdos do Irã, e, depois do autogolpe dado por Erdogan na Turquia, no qual superconcentrou poderes e desencadeou uma guerra ainda mais aberta contra os curdos no leste do pais, os curdos do Iraque foram os que assumiram o protagonismo recente das ações na região, ao aproveitar o declínio do Estado Islâmico no Iraque para assumir quase 1/3 do território do Iraque, e por terem dado o passo histórico rumo à proclamação de sua independência em 2017, quando decidiram em plebiscito ter uma pátria por 92,73% dos votos. Neste momento de revolução no Iraque, conflagrando a capital Bagdá, a independência curda poderia dar um salto, mas a direção burguesa de **Masoud Barzani** não se dispõe a avançar.

Nós prestamos todo nosso apoio à independência do Curdistão iraquiano! Defendemos “Fora Iraque, Turquia, Irã, Síria e tropas estrangeiras dos territórios curdos!”. Mas é necessário discutir a real situação e prognóstico para os lutadores curdos do Iraque.

E são os curdos na Síria os que apontaram a saída revolucionária dos trabalhadores. Mas a limitação de sua direção e as evidentes e compreensivas dificuldades da luta naquela região os tornam alvo de todos os ataques mais violentos.

A direção curda da Turquia e da Síria, que atuam sobre bandeiras distintas, militares e legais, do YPG, YPJ, PKK, HDP, etc., mas que são, em essência, a mesma frente internacional, se recusa a chamar a independência curda. Em qualquer país que seja. O grande líder histórico do Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK), Abdulah Ocalan, cujo passado de combatente inspira centenas de milhares de lutadores, já abandonou a defesa de um Curdistão livre e soberano há muitos anos.

Sua nova teoria, que não passa da coexistência pacífica subordinada e subalterna a Estados burgueses terroristas, se chama “Confederalismo Democrático”. Esta teoria/justificativa serve perfeitamente para se moldar à prática de capitulação diante da opressão feita pelos governos de Erdogan na Turquia e Assad na Síria. Segundo ela, os curdos devem lutar por sua “identidade”, seu “poder”, suas “formas de representação”, mas seria irrelevante ter ou não ter um Estado livre e independente. Obviamente, esta “novidade teórica” é muito bem aceita nos círculos social-democratas e anarquistas, e permite uma atuação pública mais confortável à direção do PKK, que deixa de ser “separatista”.

A teoria só não explica como seria possível este sonho de um território curdo, com cultura, organizações e poder curdo sob a bandeira de Estados inimigos dos direitos dos curdos por décadas. Na vida real, não há como conquistar liberdade nacional nem direitos democráticos sem a independência curda.

A invasão turca sobre Rojava e o massacre que está sendo cometido nesta região e no Curdistão turco só podem ser enfrentados com o já exaltado heroísmo das e dos combatentes, mas isso não basta. É urgente ampliar o internacionalismo ativo em todos os países, com pressão sobre os países que tem relações diplomáticas e comerciais com a Turquia, arrecadação de alimentos, remédios e dinheiro aos curdos, mas principalmente por construir brigadas para se somar à luta e à revolução curdas.

Um programa pela independência e por um governo dos trabalhadores, com a derrubada das ditaduras da região, a expulsão do imperialismo e a expropriação da burguesia é fundamental para ganhar os trabalhadores para a luta.

**7 – O bonapartismo e a contrarrevolução mostram as garras na Turquia e na Venezuela**

Os trabalhadores da Venezuela vêm sofrendo com o desemprego em massa, a miséria crescente e o aumento do custo de vida. O governo Maduro, assim como era o de Chávez, é de direita, burguês, mantém o pagamento da dívida externa, a remessa de petróleo aos Estados Unidos e a propriedade privada dos grandes meios de produção, além de ser responsável por um nível gigantesco de corrupção.

A realidade venezuelana é agravada por conta da instalação de uma ditadura contra os trabalhadores por parte do governo de Maduro. Não há mais dúvidas que, além da exploração econômica e crise social por quer passam os venezuelanos, também as suas liberdades democráticas estão suprimidas, ou profundamente ameaçadas. Não há nada de progressivo a defender no governo da Venezuela. É um governo neoliberal e, há alguns anos, ditatorial, que precisa ser derrubado urgentemente!

Apesar dos programas sociais oficiais terem crescido durante alguns anos no país, especialmente quando o preço do barril de petróleo ultrapassou os US$ 150, foram os grandes burgueses e os empresários e ex-militantes ligados ao chavismo, chamados de boliburguesia (a burguesia bolivariana), os que mais se beneficiaram. Rios de corrupção, incluindo esquemas de propina junto à Odebrecht, garantiram riqueza para políticos e burgueses governistas, destinando pequenas somas aos programas sociais.

Quando os preços do petróleo despencaram, os programas sociais tiveram cortes de verba, a inflação disparou e não houve reajuste dos benefícios sociais, tornando a ajuda irrisória. A quantidade de pessoas pobres, miseráveis e desempregadas explodiu, sem haver condições de atender mais quase ninguém. O resultado atual é uma crise humanitária na Venezuela, em que os trabalhadores não têm mais condições de suprir sequer necessidades básicas como alimentação, saúde e habitação. Num mar de desesperados, os programas sociais chegam apenas a ¼ da população, e com valores insuficientes, visto que a inflação corroeu o valor do dinheiro. 90% das famílias estão subalimentadas e há mais de 30% de jovens desempregados. Faltam alimentos e produtos de higiene e a maioria da população não tem quase mais nada.

O governo Maduro nunca deixou de pagar a dívida externa em todo seu mandato. Como Chávez nunca deixou de pagar. O petróleo, riqueza responsável por mover até 90% da economia da Venezuela, segue sendo enviado na sua maioria aos Estados Unidos. A Venezuela não passa de uma semicolônia, como os demais países sulamericanos, cuja economia serve aos interesses do imperialismo, sem nenhuma ruptura e dentro da normalidade da exploração e dos interesses ianques. As grandes empresas multinacionais seguem lucrando, demitindo e explorando empregados na Venezuela. Além de roubando o povo, junto com o governo corrupto, como ficou provado no caso da Odebrecht.

As poucas empresas que foram estatizadas, o foram com base em indenizações bilionárias, que só causaram prejuízo aos cofres públicos e, em alguns casos, foram ótimos negócios para seus antigos donos. Não houve expropriação sem indenização em nenhum caso na Venezuela! Ao contrário, muitas empresas da área de energia, infraestrutura e comércio seguiram crescendo no país, antes da crise, porque o governo sempre defendeu os interesses de classe capitalista.

Chávez, e depois Maduro, perseguiram sindicalistas não alinhados com o governo, reprimiram manifestações e vieram retirando benefícios sociais e poder aquisitivo dos trabalhadores. A hora de trabalho de um venezuelano é comparável a de um chinês, configurando uma extração de mais-valia impressionante.

Não há nem nunca houve socialismo na Venezuela, muito menos um governo dos trabalhadores. Era um regime democrático-burguês, semicolonial, a serviço do imperialismo e que explorava as massas, com eventuais concessões sociais para que a luta de classes não explodisse. Com a crise econômica, que levou a Venezuela ao seu pior momento em décadas, veio a miséria, o massacre aos mais pobres e a ruptura da base social que até então sustentava o chavismo.

É esta situação que empurra milhões de Venezuelanos às ruas – uma luta por emprego, comida, salário, direitos sociais e condições de vida. Uma luta que só uma revolução socialista, com a derrubada do governo Maduro, a ruptura com o imperialismo e a expropriação da burguesia podem atender. É esta luta que, ainda de modo inconsciente, os trabalhadores travam nas ruas.

Na ausência de uma organização revolucionária para apresentar uma saída pela esquerda, foi o outro setor capitalista do país, a antiga direita, quem cresceu. E o chavismo, para não entregar seu poder, cargos e esquemas de saque de dinheiro público, endureceram o regime, até um ponto em que o regime inteiro foi destroçado e as medidas bonapartistas iniciais se converteram numa ditadura!

A ditadura venezuelana não pode ser atenuada com outras nomenclaturas, pois a transformação do governo de Maduro de uma democracia burguesa, ainda que autoritária, em uma ditadura, são explícitas e a própria institucionalidade foi pelos ares, tornando a situação ainda muito pior. Não há mais poderes burgueses independentes na Venezuela, e sequer se reconhece sua existência, por fora das decisões monocráticas de Maduro. O Congresso foi fechado por Maduro depois que a oposição se tornou maioria absoluta e o Ministério Público também foi transformado em nada. Não existem mais instituições burguesas com poder na Venezuela, e o executivo conduz o país de modo ditatorial e violento junto das Forças Armadas, às quais se somam a polícia e grupos paramilitares bolivarianos, que intimidam opositores, agridem e assassinam trabalhadores em manifestações.

São os trabalhadores os que mais sofrem a violência da ditadura venezuelana, e não são apenas perseguições que ocorrem em massa no país: são assassinatos! Desde o governo Chávez, a retórica violenta contra a direita e o imperialismo esconde a perseguição, as prisões e os assassinatos de trabalhadores que denunciam o governo pela esquerda. Como no caso dos 3 dirigentes sindicais assassinados no estado de Aragua em 27/11/08, após apoiarem uma greve contra uma multinacional, em que enfrentaram a repressão da polícia, pode defenderem a estatização da empresa, sob controle dos trabalhadores, o que nunca ocorreu.

Pouco tempo depois, um importante dirigente sindical operário da Toyota, Argenis Vásquez Marcano, foi morto com dois tiros na cabeça quando saía de casa, em mais um caso de sindicalista assassinado no governo Chávez. Depois dele, muitos outros casos ocorreram, sempre depois de lutar contra o governo. Sempre com sinais de participação da polícia ou grupos ligados ao governo. Sempre sem nenhum preso ou alguém punido.

De lá para cá, já são mais de 100 sindicalistas assassinados, e Maduro se dedica pessoalmente a impedir que possa existir sindicatos independentes, ou o crescimento de qualquer alternativa política realmente dos trabalhadores. A tática é eliminar a resistência dos socialistas e revolucionários, para que o governo discurse como representante deste campo dos trabalhadores.

Além de sindicalistas e opositores em geral, a repressão tem assassinado manifestantes da base, que saem às ruas para lutar contra a carestia de vida. Ao todo, foram mais de 200 mortos nas manifestações contra a ditadura chavista entre 2017 e este ano. Quase 100% deles trabalhadores e estudantes, que exerciam seu direito de manifestação, hoje suprimido na Venezuela de Maduro.

Enquanto isso, a oposição burguesa segue incapaz de derrubar Maduro, por não ter um programa social e econômico qualitativamente distinto do atual. Não são capazes de resolver a crise, pois também são pró-imperialistas e inimigos dos trabalhadores. Guaidó e seu factoide de postular-se como falso presidente do país só expressam o quanto esta antiga direita também é inimiga dos trabalhadores, e disposta a aliar-se a Trump, Bolsonaro e toda a escória política do continente.

Lamentavelmente, por ser contra Guaidó e sua farsa de presidente, a maioria da esquerda apoia diretamente a ditadura burguesa de Maduro, ou o faz de modo indireto, ao se calarem diante da repressão e abandonarem os trabalhadores que estão à frente de uma crise revolucionária. A libertação dos trabalhadores na Venezuela só poderá vir da luta e da vitória dos próprios trabalhadores, da Venezuela e do mundo.

Os revolucionários, ao contrário, precisam lutar de forma firme pela derrubada de Maduro e o fim da sua ditadura. Lutar e impulsionar as lutas dos trabalhadores, com toda força nas ruas. É fundamental a unidade de ação com todos os que querem derrubar Maduro, e promover manifestações de massa e ações radicalizadas.

Ao mesmo tempo, também é preciso combater qualquer invasão militar que haja no país. E rechaçar a farsa do “governo” de Guaidó. Defender o Fora Maduro e denunciar a oposição burguesa, construindo uma organização revolucionária de massas, que tenha condições de dirigir o processo de luta para a destruição do capitalismo e de todas suas frações, rompendo de verdade com o imperialismo, expropriando os meios de produção e bancos, e construindo um poder baseado em organismo populares.

É preciso lutar pelos direitos democráticos na Venezuela. Os trabalhadores não menosprezam estes direitos, muito pelo contrário. Ainda que todo regime dentro do capitalismo seja parte da ditadura de classe burguesa contra o proletariado, existem formas distintas de expressar esta ditadura de classe. A democracia burguesa garante alguns direitos – sempre limitados e ameaçados de supressão – de reunião, organização, associação, manifestação, expressão e participação popular. Numa ditadura, isto tudo não é apenas limitado; é retirado. O que está passando a ocorrer na Venezuela.

Defendemos combinar a luta pela liberdade dos trabalhadores junto da luta indissociável pelo fim do capitalismo, sob qualquer um de seus regimes, reconhecendo que uma ditadura aprofunda ainda mais esta repressão e violência contra os direitos democráticos mais fundamentais da maioria da população. Lutar por cada uma das consignas democráticas, assim como por cada direito trabalhista ou consigna econômica ou parcial. E unir estas lutas, de forma transicional, conjunta, à luta maior pelo fim do capitalismo e da exploração. Na Venezuela, mais do que nunca, este é o desafio!

Prestamos todo apoio aos lutadores venezuelanos e defendemos viabilizar a chegada de gêneros alimentícios, remédios, recursos financeiros e meios de luta para os trabalhadores derrubarem o governo e tomarem o poder; assim como garantir todo o apoio necessário aos imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil.

É preciso construir a revolução e a libertação dos trabalhadores contra toda a burguesia nacional e internacional! E o principal inimigo deste caminho a ser derrubado urgentemente é o ditador burguês Nicolás Maduro!

Na Turquia, o bonapartismo de Erdogan também se sustenta na repressão e violência para impedir as lutas e esmagar os trabalhadores. A supressão de liberdades democráticas e a mudança do regime democrático-burguês para uma ditadura não é um fenômeno restrito à Venezuela. Outros países, não podendo conter a massa por meio de concessões parciais e provisórias, ou de ilusões no próprio sistema, endureceram o ataque aos trabalhadores e caminham ou já se converteram em ditaduras.

Na Turquia, os trabalhadores vinham somando sucessivos crescimentos em suas lutas. Foi assim em grandes cidades como Istambul, onde milhares de jovens ocuparam a “Praça da Árvore” e fizeram a sua versão da Primavera Árabe, neste caso, turca, e puseram o governo Erdogan nas cordas. E foi assim em cidades menores e no leste turco, onde predomina a maioria curda. Nesta região, se instalou uma verdadeira rebelião civil e um levante popular. O PKK se massificou e seu braço político, o HDP, ganhou muitas cadeiras no parlamento.

A resposta de Erdogan, no entanto, foi a repressão. Os manifestantes de Istambul foram esmagados. Os direitos políticos e as liberdades civis foram condenados no país todo, junto da implantação de uma severa censura. Os curdos tiveram locais ocupados, manifestações proibidas e centenas de assassinatos. O parlamento curdo foi dissolvido e novas regras eleitorais deram ainda mais poderes a Erdogan, numa virada presidencialista do país. Desta maior centralização, Erdogan deu o passo seguinte: realizou um auto-golpe, incriminando um clérigo emigrado e setores secundários do Exército em uma suposta tentativa de derrubá-lo, que é muito provável que tenha sido orquestrada por ele mesmo, e, a partir disso, passou a governar de forma ditatorial.

Os parlamentares curdos foram destituídos e foi declarada guerra contra seus ativistas. O leste turco (Curdistão turco, na verdade) hoje vive sob um tipo de ocupação militar, com forças armadas presentes de forma ostensiva por toda a região, perseguindo e executando lideranças curdas. Não há dúvidas que o avanço revolucionário curdo, na Turquia, foi paralisado, ainda que temporariamente, e Erdogan é quem está na ofensiva. Da mesma forma, com a invasão genocida que promove contra o Curdistão sírio.

Venezuela, Turquia e outros países são expressões de onde avança a reação, com medidas contrarrevolucionárias. Nos dois países que tratamos neste documento, não está descartado que o enfrentamento se agrave ao ponto que desborde da repressão de ditaduras e chegue à guerra civil explícita, como acontece hoje na Síria. Não se pode descartar que a radicalização das massas e a violência dos governos leve à escalada dos conflitos ao ponto de desencadear o colapso dos países e a confrontos armados abertos, embora, hoje, isso ainda não seja o mais provável.

Isto demonstra que a situação revolucionária mundial não é homogênea, e nem poderia ser. Há um processo de desenvolvimento desigual e combinado entre as diferentes partes do mundo, e entre distintos aspectos de cada país. Temos que reconhecer onde há retrocessos. Mas eles não impedem de também reconhecermos que o elemento majoritário no mundo ainda é o ascenso dos trabalhadores.

Assim como, junto da revolução curda e árabe, há contra-ataques burgueses, as reações militaristas na Turquia e Venezuela são a resposta desesperada e truculenta da burguesia contra a luta dos trabalhadores, que passou a ser duramente reprimida, mas que, ainda assim, sobrevive e não foi derrotada. Lutas dos explorados e ataques dos capitalistas. Ataques dos capitalistas e lutas dos explorados. O movimento de uma classe leva à resposta da outra, e é o conflito e são as explosões sociais que marcam nossa situação atual.

Os processos seguem todos em aberto, do melhor ao pior cenário, e a luta de classes está num movimento muito mais intenso e polarizado nas diferentes regiões do globo. Saídas reformistas e institucionais poucas vezes foram tão desconectadas da realidade. E a revolução raramente foi tão necessária, ao mesmo tempo, como saída a tantas lutas internacionais, nacionais e locais.

**8 – Lutas e reação democrática: México e Argentina mostram que a crise da direção revolucionária pode ser canalizada pelas urnas.**

O conjunto da América Latina sofre com as consequências da crise econômica e do arrocho promovido contra os trabalhadores para pagar os efeitos desta crise. Sem os dólares entrando fartamente por conta das exportações de petróleo, soja, carnes, ferro, açúcar, etc., as economias altamente dependentes da exportação de bens primários da região afundaram. As dívidas explodiram, o desemprego se massificou e a crise social e política se instalou com força. Casos de corrupção vieram à tona à medida que foram secando os recursos distribuídos para manter o silêncio e que os grupos criminosos passaram a ter que brigar pelo dinheiro da corrupção que ainda restou.

O resultado é uma profunda crise na quase totalidade dos governos da região. No México e na Argentina, o resultado foi a derrota eleitoral dos governos Peña Nieto e Maurício Macri, respectivamente. A reação democrática canalizou para as urnas boa parte do descontentamento das massas, ainda que não tenha interrompido as lutas e que, ao contrário, os governos que assumiram estejam, desde o começo, sob forte desconfiança de amplos setores.

No México, o avanço das quadrilhas de traficantes, o desaparecimento e assassinato de 43 estudantes sequestrados pelo próprio exército do país, e o aumento generalizado da violência se somaram à multiplicação do desemprego, à diminuição dos recursos enviados por mexicanos residentes nos EUA (também em crise) e aos ataques sociais de Peña Nieto. Os terríveis terremotos de 2017 colapsaram inúmeras pequenas cidades, mataram mais de 300 pessoas e provocaram perdas de bilhões de dólares, com o governo envolvido em desvio de donativos, e incompetência em atender à população desabrigada, sem luz e água. Em resposta, a população criou centros e movimentos populares de ajuda mútua, que avançaram a consciência no sentido de rechaçar todos os políticos e só acreditar em ações do próprio povo.

Paralelamente, no sul do México, há cidades inteiras em que o poder burguês tradicional, como as prefeituras, não governam sozinhas. São várias as localidades em Chiapas e Oaxaca, principalmente, em que as comunidades têm organismos de gestão local, que, embora não rompam com o capitalismo, são expressões da fratura institucional que vive o México. Os zapatistas, embora o EZLN tenha deposto as armas e tenham um programa reformista, ainda têm uma influência de massas em muitas áreas de Chiapas, e movimentos populares e indígenas se fortalecem em todo o sul do país.

Diante da radicalização da luta de classes, a eleição de Lopez Obrador (candidato derrotado por fraude por Peña Nieto nas eleições anteriores, por poucos votos) foi uma alternativa para mudar a aparência das coisas para manter a essência inalterada. Como escreveu Lampedusa em O Leopardo, “Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude.”.

A esquerda eleitoral, de programa burguês, com a promessa de ser diferente de todas as décadas de governos do PRI e do PAN, se apresentou como a saída democrática no campo das reformas. O já desgastado PRD e o “novo” MORENA angariaram parte da esperança de mudança, mas também são vistos como parte do mesmo por enormes setores, que já não acreditam em mais nenhum partido. Estes setores mais críticos de trabalhadores e estudantes só crescem à medida que o governo de Lopez Obrador não cumpre suas promessas e mantém ou agrava os problemas sociais no país.

No nosso documento de 2017, dizíamos a respeito, ainda antes da eleição de Obrador, que apontávamos como bastante provável: *“Há um enorme espaço para a intervenção revolucionária no país, e o México deve ser um dos pontos importantes da reorganização política do próximo período.”*. Pois Obrador foi realmente eleito, a luta de classes segue quente no país e reestabelecemos contato com um partido revolucionário mexicano, o POS, com quem a então CS-LV estabeleceu uma relação internacional. Isso tudo faz com que tenhamos a obrigação de viajar ao México e acompanhar este processo.

No outro grande país da América Latina, junto com México e Brasil, a Argentina segue afundada numa profunda crise econômica e social. Após duas eleições com derrotas profundas do peronismo Kirchnerista, nas eleições presidenciais de 4 anos atrás e nas eleições municipais e para o Congresso há 2 anos, o jogo virou.

Maurício Macri manteve todos os ataques de Cristina Kirchner, incluindo congelamento de salários, hiperinflação e aumento de preços de gás, luz e transporte, com retirada de subsídios. Fez mais do mesmo, mas tendo prometido fazer diferente, e ainda sem a base social que amortecia as críticas sofridas pelos peronistas. Além disso, voltou a pedir dinheiro ao FMI e fez uma gestão que até nos discursos era abertamente neoliberal, num pais massacrado pelo neoliberalismo, inclusive peronista. O resultado foi sua derrota ainda no 1º turno.

A eleição de Alberto Fernandez, com Cristina Kirchner de vice foi uma humilhação para Macri, seu partido PR e todo o fenômeno de “novos políticos” que tentaram se apresentar nos últimos anos. Mas seu fracasso não foi na mesma medida uma consagração dos peronistas. Fernandez e Cristina foram eleitos muito mais com “o mal menor” do que por amplas ilusões que haja com eles.

Maurício Macri, um dissidente do peronismo, assumiu com medidas de arrocho e cortes de verba que Cristina Kirchner, desmoralizada, não conseguia mais impor na mesma intensidade. Em pouco tempo, a sua popularidade se esvaiu e o governo já teve que lidar com enormes protestos por todo o país, inúmeras greves específicas e, inclusive, mais de uma Greve Geral, que, com o peronismo tendo perdido o poder, levaram as próprias centrais sindicais pelegas (como as 2 CGTs e as 2 CTAs) a chamarem as manifestações e, em algum grau, unificar as lutas no país.

A vitória dos peronistas expressa o rechaço a Macri, mas também uma tentativa de manter por dentro do sistema a enorme crise social e as lutas que se multiplicam na Argentina, que hoje vive uma situação de crise profunda e desmoralização das instituições. Há um indiscutível ascenso das lutas e uma situação revolucionária, que ainda não se fechou e se arrasta há muitos anos. A crise não pôde ser contida pela mudança de governo anterior e a “receita” agora foi repetida, ao contrário. Novamente, muda-se o partido no poder, para ver se muda a vida. Nós já sabemos que nada vai mudar, e cada vez mais trabalhadores também.

Aumenta a experiência dos trabalhadores e a consciência de que não há alternativa por dentro do regime e que é preciso uma saída mais radical. É possível que ocorram novas grandes mobilizações e até mesmo alguma ruptura social na Argentina, pois a polarização social vem crescendo com força e o novo governo não será capaz de reverter o desemprego, a pobreza e as dívidas.

Enquanto isso, a maioria da esquerda se recusou a tomar iniciativas mais fortes para derrubar Macri e capitulou completamente às eleições. A Frente de Esquerda do Trabalhadores (FIT, em espanhol) poderia se constituir numa frente única das lutas e pela derrubada de Macri, em direção ao desenvolvimento do duplo poder na Argentina. Mas não fez nada disso, e, embora anuncie oposição a Fernandez, dificilmente vai mobilizar de fato contra seu novo governo neste 1º momento.

A esquerda argentina está profundamente adaptada à democracia burguesa e corrompida, se chocando contra as necessidades dos trabalhadores e contendo as lutas que poderiam sair dos marcos da institucionalidade burguesa. O desafio da classe trabalhadora se confunde com este desafio de construir uma direção revolucionária no país.

Em países como a Bolívia, o Peru, a Colômbia e o Paraguai, a situação não é muito diferente. Crise geral dos governos e das instituições, ataques aos direitos sociais, cortes do orçamento, aumento do desemprego, e cada vez mais recolonização nacional. Por outro lado, as lutas cresceram significativamente e, em todos estes países, surgiram novos setores organizados e grandes manifestações. Na Bolívia, em particular, acaba de haver uma megafraude eleitoral, com Evo Morales fraudando a Constituição que ele mesmo escreveu e que impede que ele concorresse novamente e dando um golpe contra um plebiscito convocado especialmente para este tema, e que ele perdeu. Não satisfeito, Morales fraudou a votação, em que todas as pesquisas e a própria apuração em curso mostravam que haveria um 2º turno. A contagem dos votos foi suspensa e quando foi retomada, Evo Morales já estava “eleito”. Um escândalo que já sofre a resposta das ruas, com multidões exigindo a anulação deste resultado.

Em todo o subcontinente sulamericano, mas também na América central, aumenta a pobreza, as greves, as lutas e a crise política diante da desmoralização da democracia burguesa e da ilusão da reação democrática. As massas já voltam suas costas contra seus governos e congressos, mas ainda não existem alternativas de ruptura e revolucionárias. Este é o desafio!

**9 – A necessidade da direção revolucionária internacional**

No conjunto deste documento, pudemos destacar a contradição crescente entre um movimento de massas cada vez mais intenso contra os ataques do capitalismo, e, por outro lado, uma traição histórica das organizações de esquerda, adaptadas socialmente, oportunistas e contrarrevolucionárias, cuja ambição é ganhar entidades sindicais e cargos no parlamento.

Como resultado, enormes lutas não conseguem se traduzir em avanços políticos, e a própria massa passa a descrer em suas organizações, criando outras formas ou se abatendo e recuando para o ceticismo e a derrota.

Por isso, é mais urgente do que nunca avançarmos na organização revolucionária em nível internacional. Infelizmente, a CRI não esteve à altura das tarefas que a luta de classes apresentou no último período. Apesar de termos intervindo conjuntamente no lançamento da Rede Sindical Internacional em Paris e sobre a revolução curda, numa experiência comum na Turquia e na Síria, em pleno território de Kobane, não se conseguiu repetir nem ir adiante destas ações. Com a ruptura da CS na Argentina, a CRI, na prática, também acabou.

Como MRS, tampouco conseguimos intervir em mais processos, depois de termos estado também no Egito e Tunísia, corações das revoluções árabes. Processos extraordinários ocorreram no mundo afora, e segue aberta a crise revolucionária na vizinha Venezuela, e não conseguimos intervir diretamente.

O internacionalismo do nosso p. nunca se enfraqueceu e seguimos sendo um exemplo da dedicação ao debate e à solidariedade internacional, ainda mais pelo nosso pequeno tamanho. Nossa ousadia ainda nos caracteriza e, proporcionalmente, fazemos muito mais do que qualquer outra organização brasileira neste sentido. Mas isso não é o suficiente.

Temos a obrigação de ter ações diretas sobre a luta de classes internacional. Na medida do possível, inclusive girar ou construir algo internacional sobre os principais países em luta. Paralelamente, é preciso reconstruir nossa ação internacional orgânica com a Argentina, e seguimos participando de todos os congressos de ambas as CS, além de intercambiando materiais e convidando a nossas atividades. Mas, no ponto de construção, precisamos tomar medidas concretas neste sentido.

De qualquer modo, é fundamental nos dedicarmos a este projeto. O internacionalismo não é uma escolha ou um complemento à nossa construção. É a base da atuação revolucionária. E é hora de darmos passos adiante mais expressivos e duradouros. A revolução mundial precisa de forças infinitamente maiores do que é ou viria a ser qualquer organização de que fizéssemos parte internacionalmente.

Temos que fazer a nossa parte e termos, ao menos, esta semente organizada, seja para podermos disputar futuros e atuais processos revolucionários, seja para podermos nos inserir da melhor forma em algo maior que a própria dinâmica da luta de classes venha a desenvolver.

**CC – Novembro de 2019**

**CRISES E LUTAS NO BRASIL**

**Após a pior recessão da História, crise brasileira ainda não acabou**

O Brasil passou por sua pior crise econômica da História, entre 2014 e 2017. Não se trata de uma frase de efeito, e sim de uma realidade estatística. O Produto Interno Bruto (PIB, que é a soma de bens e serviços produzidos pelo país num determinado período) somado de 2015 e 2016, caiu 7,4%! Este é um número equivalente ao de um país em guerra, e significa uma enorme destruição de forças produtivas. Não há dúvidas: foi a pior recessão da História. Caiu 3,8% em 2015 e voltou a cair mais 3,6% em 2016. O IBGE mede o PIB desde 1948, e nunca havia ocorrido em resultado tão ruim como este. Foi a primeira vez em 70 anos que a economia brasileira tem dois resultados negativos anuais. E não são quaisquer quedas no PIB: são duas das maiores quedas que já existiram, e juntas, uma seguida à outra.

Nenhum setor burguês escapou. Em 2016, por exemplo, todos os números foram negativos: na agropecuária (- 6,6%), na indústria (-3,8%) nos serviços (-2,7%), no consumo do governo (-0,6%), no consumo famílias (-4,2%) e nos investimentos (-10,2%). A queda do PIB ocorre desde o segundo semestre de 2014, e desde aí até o início de 2017, foram quedas sucessivas no PIB, que fez com que a economia do país voltasse ao patamar do PIB do final de 2010. A economia do país voltou para trás 5 ou 6 anos. Foram 11 trimestres de recessão consecutivos, superando a queda havida na recessão entre o terceiro trimestre de 1989 e o primeiro trimestre de 1992, até então o pior período da economia brasileira.

Naquele período, foram quase três anos de recessão, os preços dos produtos foram nas alturas e corredores dos supermercados ficavam vazios. Nas indústrias, a produção foi reduzida e a taxa de lucro desabou. A inflação estava em alta, os salários não tinham reajustes e o desemprego crescia. Tudo exatamente como aconteceu no Brasil a partir de 2015. A única diferença foi que, diante de uma recessão ainda mais grave agora, após a inflação disparar, e o consumo despencar, já que as pessoas não tinham mais emprego, as dívidas se multiplicaram e não havia mais dinheiro para comprar nada nem pagar as contas, a inflação arrefeceu e caiu – não como resultado de um controle econômico, mas porque a economia entrou num enorme buraco. Afora a hiperinflação, portanto, que desta vez não ocorreu, de resto foi muito similar.

Não por acaso, foram estes dois períodos em que a economia despenco (1991-1992 e 2015-2016) que assistiram as maiores manifestações populares para derrubar governos, enquanto a própria burguesia os abandonava, à medida que seus negócios ruíam. No final, ambos de fato foram derrubados. Não é mera coincidência a queda tanto de Collor como de Dilma quando dirigiam o Brasil nos dois períodos das maiores recessões do país. A burguesia que sempre sustentou ambos, diante da crise, os abandonou, acontecendo o mesmo com o apoio parlamentar, e com a ânimo das massas, que passou de apoio a ódio aos governos. A economia dita a política. E a política não deixa de ser a “economia concentrada”.

Por isso, diferente dos reformistas charlatães, que atribuem a queda de Dilma a um “golpe” orquestrado pela mídia e pela burguesia (que nunca tiveram reclamações do PT e estavam lucrando como nunca até 2014), nós dizemos com toda convicção que Dilma foi derrubada formalmente por um processo parlamentar de impeachment, pois esta foi a saída institucional encontrada para impedir que fosse derrubada pelas ruas junto com seu vice, Michel Temer. Quem levou à sua saída foram as maiores manifestações populares de toda a História, com milhões de brasileiros nas ruas de cidades de todo o país, lutando por pautas da nossa classe, ou ao menos populares, como mais verbas sociais, por emprego, melhora na economia, fim da corrupção. A ausência de um partido revolucionário de massas e a recusa dos partidos eleitorais de esquerda em participar dos atos – os quais atacavam – levou a que este movimento terminasse apropriado em boa parte pela oposição burguesa, e culminasse com a posse de Temer. Mas as manifestações foram não apenas progressivas, como continuidade dos levantes populares de 2013; e a saída poderia ter sido disputada por um programa de fato socialista.

Fato é que a crise econômica não se fechou desde então, apesar de ter enfraquecido. Não se está mais caindo em queda livre, mas tampouco houve recuperação. Ou seja, o Brasil se manteve no fundo do poço ao longo de todo 2017 e 2018, e recém esboça uma tímida recuperação, na casa dos décimos de porcento de crescimento do PIB. Isto é insignificante para uma economia em que já se acumularam mais de 13 milhões de desempregados pelos dados oficiais e cerca de 40 milhões de desempregados e subempregados pelos dados coletados por institutos independentes. Da mesma forma, ocorre com o maior endividamento das famílias e do país, que ocorre neste momento; e com os maiores déficits fiscais e menos taxa de investimento de toda a História. Não há mais verba para saúde, educação, moradia (que chegou ao maior déficit habitacional de todos os tempos), infraestrutura (as obras estão todas paradas no país e a construção civil quebrada), etc.

Nosso partido acertou em cheio na análise, na caracterização e na política para o país desde nossa fundação, pouco antes dos levantes de 2013. À medida que nos preparamos exatamente para o que ocorreu: aumento brutal da crise e dos ataques, mas em contrapartida, da radicalização das lutas em reação a tudo isso – nos opondo ao senso comum consensual de que não viria nenhuma crise maior, ou, se houvesse e os ataques crescessem, não haveria reação. Todos falavam em paralisia do movimento, situação defensiva e refluxo, quando nós dizíamos o contrário. Apontamos para o aumento da temperatura da luta de classes e acertamos na mosca. Agora, outra vez é importante entender os números, para projetar corretamente o cenário econômico, político e social sobre o qual atuaremos nos próximos dois anos.

Neste sentido, os pífios números de 2019, que mostram apenas que o corpo do país bateu no fundo do poço parou de cair, mas ainda se levanta com muita dificuldade, não são capazes de reaquecer a economia. Desemprego, dívidas, déficit e lucros rebaixados seguem sendo a tônica, e não existe recuperação consistente a curto prazo.

**A lenta recuperação encontra um país já quebrado.**

O chamado saldo primário do governo mostra a diferença entre tudo que foi arrecadado e o que foi gasto em um ano. É uma espécie de contabilidade básica com entradas e saídas, sem contabilizar os gastos com a dívida pública. Depois de apurado este saldo primário, ainda é preciso registrar tudo que se pagou em juros, dividendos e principal da dívida e, aí, se obtém, o saldo final das contas públicas, ou saldo nominal. Estes resultados são fundamentais para aferir o aumento do endividamento de um país e sua capacidade de investimento, pagamento de salários e aposentadorias, assim como a saúde de suas contas ou risco de quebradeira (solvência) e calote, conforme tratam os economistas burgueses.

Até o final do governo Lula, os ataques aos trabalhadores eram justificados dizendo que era preciso aumentar o superávit primário. FHC e Lula cortaram mais de 1 trilhão de gastos sociais e de reajustes salariais, venderam praticamente todo o patrimônio público e fizeram reformas contra os direitos dos trabalhadores alegando um propósito principal: fazer superávit primário, para sobrar trilhões de dólares para os juros da dívida e manter a dívida pública total sem crescer tanto. Pois, com a recessão econômica, toda esta fortuna drenada da saúde, da educação, da segurança, da moradia, do patrimônio dilapidado, dos bolsos das famílias e dos direitos de aposentados, pensionistas e dos que mais precisam, foi para o ralo.

A crise é tão grande que acabou o debate sobre fazer superávit primário, e de quantos porcentos deveria ser esta “economia”. Em 2014, o Brasil teve seu pior resultado fiscal da História até então! Foram R$ 32,5 bilhões de déficit primário! Contando o que foi gasto em juros da dívida, o déficit nominal, que é o resultado final, foi de R$ 343,9 bilhões! Isto significa um rombo equivalente à venda de praticamente todas as estatais privatizadas em mais de 10 anos! Tudo pelo buraco, com o resultado de apenas um ano. Mas o ano de 2014 ainda deixaria saudades...

Em 2015, o déficit primário subiu para R$ 111,2 bilhões! E o déficit nominal, depois dos jutos da dívida, foi para R$ 613 bilhões! Não há como descrever o impacto que aumentar 613 bilhões da dívida em único ano significa. Dilma cortou pouco mais de 200 bilhões de verbas sociais em 5 anos de governo. Isso resultou em mortos em hospitais, escolas caindo aos pedaços, estradas inacabadas, moradias não entregues, reforma agrária paralisada, pesquisas perdidas, desemprego em massa – e tudo que se “economizou” com a população foi perdido em quantidade tripla apenas com o buraco de um ano, em 2015. Mas ainda ficou pior.

Em 2016, o déficit primário subiu para R$ 155,7 bilhões! E o nominal superou R$ 562 bilhões! Neste ano, Dilma foi derrubada. Assumiu seu vice, Temer, e nada mudou. Em 2017, o déficit primário (antes de pagar juros da dívida) foi de R$ 124 bilhões. E o nominal, depois de pagar parte dos juros, chegou a R$ 511,4 bilhões! Em 2018, quase a mesma coisa: R$ 120 bilhões de déficit primário e R$ 487,4 bilhões de déficit nominal. Em apenas 5 anos, o rombo nas contas públicos cresceu R$ 2.517,7 trilhões! Mais de 2 trilhões e meio em 5 anos, mesmo com tudo que foi vendido, todos s cortes no orçamento e direitos retirados. E não mudou nada da dívida, que subiu de já absurdos quase R$ 3 trilhões para mais de R$ 4 trilhões! Isso significa mais de 80% do PIB do país, num percentual similar ao de outros países que quebraram.

E é deste buraco sem fim que saem as orientações para acabar com a aposentadoria, vender as poucas estatais que restaram, cortar as vagas na universidade, acabar com o financiamento habitacional, etc. A verdade é que o Brasil, mesmo sem decretar moratória, já está virtualmente quebrado!

A subida de Bolsonaro e a intensificação das medidas neoliberais não foi nem será capaz de reverter este processo. A previsão para o déficit público primário em 2019 é de R$ 159 bilhões! Como déficit nominal, devemos aumentar a dívida do país outra vez próximo de R$ 500 bilhões! Ou seja, podem vender até o último botão do patrimônio público, fazer todas as reformas contra os trabalhadores que já foram imaginadas, congelar todos os salários, demitir funcionários com estabilidade e sucatear ainda mais todos os serviços com cortes de verbas sangrentos, que, ainda assim, a dívida pública só vai crescer. Ao todo, o país deve chegar próximo de 100% do PIB em dívida até o final do governo Bolsonaaro, semelhante ao da Grécia, antes de desabar.

A crise é brutal e total, e as medidas contra os trabalhadores são inevitáveis do ponto de vista burguês, que não vai abrir mão de roubar o dinheiro público, sonegar impostos, exigir isenções fiscais e nem cogita parar de pagar a dívida pública. Crescer 0,8% neste ano não vai mudar nada. Da mesma forma, também é inevitável, do lado dos trabalhadores, haver mais e mais lutas, pois a classe não está derrotada ou abatida, impedida de reagir. A burguesia ataca não porque esteja forte, mas por desespero. E os trabalhadores reagem com força, apesar das traições de suas direções, pois eles é que estão em ascenso. O resultado é um choque violento, que já produz um ascenso das mobilizações, ações históricas como 3 Greves Gerais em 2 anos, um recorde de greves na base e lutas cada vez mais generalizadas.

**O Brasil é o reflexo da crise extrema do capitalismo.**

A crise brasileira é parte da maior crise mundial de todos os tempos. Desde 2008, no mundo inteiro houve uma brutal destruição de forças produtivas, surgiram centenas de milhões de novos desempregados, direitos sociais históricos foram retirados (pela direita e pela esquerda eleitorais), vivemos a maior crise de refugiados de toda a História e a luta de classes apresenta lutas, greves, derrubadas de governo e processos revolucionários como há muito tempo não ocorria. As crises cíclicas do capitalismo costumavam alternar 7 ou 8 anos de crescimento, interrompidos por uma profunda crise, e um novo período de crescimento. Agora, a crise se continua noutra crise, e o mundo está num buraco há 11 anos seguidos...

O Brasil é um país periférico e totalmente dependente de suas exportações de matérias-primas, as chamadas commodities. O que atinge a economia do Brasil, move a agenda de reformas da burguesia local e pauta a pressão por privatizações, ataques no âmbito ambiental, de direitos sociais, da soberania nacional e etc.; tudo é teleguiado desde o imperialismo e a burguesia internacional. O que significa que nossa luta também depende de - e ao mesmo tempo ajuda e desencadeia - cada luta nos demais países. O proletariado nunca esteve tão próximo entre si. Neste ano, a Greve Geral de 29/05 na Argentina e a Greve Geral 14/6 no Brasil mostram que os ataques são similares e ocorrem ao mesmo tempo; e a resposta os trabalhadores também precisa se unificar. O destino dos povos e dos trabalhadores está nas ruas e na capacidade de combaterem juntos o capitalismo como um todo, e discutir a situação brasileira também influencia a situação mundial.

**Medidas neoliberais têm limites para a aplicação e levarão a mais polarização social.**

Em apenas 6 meses de governo Bolsonaro, os explorados no Brasil realizaram 2 atos gigantescos, 1 Greve Geral e mais incontestáveis protestos. Sem que sequer as centrais sindicais tenham mobilizado de verdade para isso. Em maio, uma onda de megamanifestações populares explodiu em 15/5, se repetindo no também multitudinário 30/5. O principal motivo imediato foi o corte de até 30% dos recursos das universidades. Foram mais de R$ 5 bilhões cortados da educação, de um total de mais de R$ 30 bilhões de cortes feitos por Bolsonaro.

A Reforma da Previdência aprovada pelo Congresso há poucas semanas, sem qualquer resistência das centrais sindicais, supostamente gerará uma economia de R$ 800 bilhões em 10 anos. Para os trabalhadores, é um número imenso, que significa um ataque brutal ao direito de se aposentar e ao salário que vão receber. Mas para o rombo sem fim das contas públicas, não passa de um paliativo, pois este valor é o que aumenta a dívida em menos de 2 anos no país! As recentes vendas de áreas de exploração de petróleo na Bacia de Santos, que pode ter uma das maiores reservas do mundo, vai render ao governo federal neste ano apenas R$ 18 bilhões. Para 2020, se anuncia que as privatizações possam render R$ 100 bilhões, se “tudo der certo”. Mais os R$ 80 bilhões economizados com a Previdência por ano, se tudo sair como o esperado, não dá nem metade do aumento do déficit num ano. E em 2012 já não haveria mais o que vender. Ou seja, não há nenhuma saída para o Brasil por dentro do capitalismo!

Mesmo com todo o arrocho ao trabalhador, a economia não vai ser “salva”, e à medida que a massa salarial cai, o desemprego aumenta e as dívidas familiares crescem, a economia anda mais para trás ainda, o consumo cai e a crise se multiplica ainda mais. As enormes manifestações de maio e a Greve Geral de junho tiveram uma ampla adesão por conta destes efeitos da crise e dos ataques do governo, e tais causas vão se intensificar, levando a mais lutas.

A miséria cresce no Brasil com grande velocidade. Eram 9 milhões de miseráveis (pobreza extrema – quem vive com menos de R$ 145 por mês ou cerca de US$ 35) em 2014 e, em 5 anos, o número cresceu para 13,5 milhões de pessoas. São 50% a mais de miseráveis em tão pouco tempo. Doenças endêmicas como o sarampo retornam com força e os cortes de verba levam o caos à saúde e à segurança. O desemprego oficial beira os 13%, mas, na prática, é superior a 25%, conforme a PNAD, pesquisa do próprio Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE)quando se consideram trabalhadores desempregados ou subocupados! Este desastre social é ainda mais chocante que os dados sobre a economia do país, pois refletem diretamente o desespero dos trabalhadores. Um dado decorre do outro, mas, quando tratamos de uma família sem dinheiro para o aluguel, a comida e os gastos corriqueiros de luz, transporte e saúde, o drama é bem mais terrível.

**Seja quem fosse o presidente, a ordem é atacar!**

Bolsonaro é o agente do imperialismo e responsável pelos ataques neste momento. Mas, independentemente de quem fosse, os ataques, qualitativamente, seriam os mesmos. Em 10 meses de governo, Bolsonaro conseguiu atacar em inúmeras frentes: privatizou algumas subsidiárias de estatais, continuou em menor escala a venda do pré-sal feita por Dilma, aplicou cortes do orçamento, desregulamentou leis trabalhistas e ambientais (dando sinal verde às queimadas na Amazônia), e, principalmente, aprovou a Reforma da Previdência. Mas o amplo apoio parlamentar que tinha em janeiro, somado ao expressivo apoio popular, vem se esvaindo.

O governo vive aos trancos e barrancos, em meio a escândalos de corrupção e envolvimento com milícias, e com a debandada de uma grande parte do apoio popular que detinha. Bolsonaro tem os piores índices de aprovação para um governo em início de mandato e já foi obrigado a recuar da maior parte das medidas anunciadas por ele ou por seus ministros. A crise política do governo avança junto da crise econômica e da decepção com um governo que prometeu combater a velha política, mas sempre fez parte dela e já está loteado de muitos dos políticos de sempre.

É preciso combater Bolsonaro com força, ainda mais diante de seu enfraquecimento. Inclusive por que, apesar de todas as declarações agressivas e lamentáveis dele, e dos ataques neoliberais que faz, o governo Bolsonaro não passa disso: um governo neoliberal. Assim como o PT prometeu ser um governo dos trabalhadores e manteve intacta a estrutura geral de exploração dos trabalhadores, lucro dos bancos, empreiteiras e grandes empresários; Bolsonaro também alardeou grandes mudanças pela direita, que iria acabar com o “ativismo”, etc., mas tudo se mantém: o regime político, as alianças parlamentares com os mesmos partidos de sempre, o "mercado" ditando as iniciativas do governo, etc. Pela esquerda ou pela direita, uma coisa é o discurso para ganhar votos, e outra bem diferente é o governo, onde ganhe quem ganhar, a vida não muda qualitativamente.

A crise capitalista empurra as massas para a pobreza e a precariedade da vida, tanto no que toca a saúde, a educação, a aposentadoria, a segurança, etc. Isto é uma consequência estrutural do modo de produção onde a concentração de capital de um lado e a superexploração do outro opõem cada vez mais o 1% bilionário aos 99% de explorados. Nenhum partido, governo ou medida, por dentro do capitalismo, é capaz de impedir esta tendência e este processo. Vejamos os terríveis R$ 30 bilhões de cortes de verba de Bolsonaro, por exemplo. Dilma, no auge da recessão que quebrou o Brasil, iniciada entre 2014 e 2015, cortou mais de R$ 200 bilhões do orçamento em 2 anos! O FIES (financiamento estudantil subsidiado pelo governo) teve metade de suas vagas cortadas em seu governo, assim como o Pronatec (vagas em escolas técnicas) chegou a ser suspenso em mais de 1 semestre. E, ao contrário do que o discurso petista agora diz, que em 2015 Dilma não pôde governar por causa de "pautas bombas", não foi o Congresso quem votou estes cortes: foi o PT. Dilma não enfrentou a crise, criada em parte pelo próprio governo, taxando os bancos ou grandes empresas. Ao contrário: afagou bancos, JBS, empreiteiras e etc., impondo uma Reforma da Previdência, um pacote geral de privatizações (que incluía até mesmo a Caixa) e cortes bilionários de áreas sociais, incluindo a educação. Só não teve força para aprovar na época, principalmente por conta dos extraordinários protestos por sua derrubada, que a “esquerda” eleitoral tanto denunciou.

Pois temer insistiu no mesmo plano de Dilma (reformas, cortes e privatizações) e também conseguiu fazer pouca coisa, e agora Bolsonaro faz exatamente o mesmo... Evidente que Lula é diferente de FHC, como Dilma é diferente de Lula, Temer é diferente de ambos, e Bolsonaro idem. Mas, para além das bravatas e de algumas medidas secundárias diferentes entre eles, no que tange às grandes medidas, eles são todos iguais. Todos atacaram direitos dos trabalhadores, fizeram ou tentaram fazer Reformas antipovo, privatizaram o que puderam, e governaram para a burguesia, transferindo trilhões do orçamento para pagar a dívida com banqueiros, isentando impostos dos mais ricos e massacrando os mais pobres.

O grande desastre de Bolsonaro ter sido eleito não é um risco fictício de vivermos o fascismo, e dele romper com a estrutura anterior de exploração democrático-burguesa para implantar um regime ditatorial. Isso nunca foi cogitado pelos grandes burgueses, que são os que de fato mandam neste e nos governos anteriores. O desastre da eleição de Bolsonaro é ele ter sido eleito para recompor este mesmo sistema de exploração democrático-burguês, com um verniz de "novidade", como, de outra forma, Lula havia sido e Dilma havia sido. Bolsonaro não foi o triunfo do fascismo; foi o triunfo (momentâneo) da reação democrática – da ilusão eleitoral de mudanças por dentro.

Diante de instituições políticas cada vez mais desmoralizadas perante a maioria da população, a vitória de "não-políticos" ou políticos que ameaçam "romper com tudo" é mais uma arma para fortalecer a ilusão na democracia burguesa e nas eleições, fazendo crer que era possível uma limpeza geral e uma grande mudança pelo voto na direita. Bolsonaro não ameaça a democracia-burguesa; ao contrário, a fortalece e às instituições e regime democrático- burguês, pois, diante de um eleitorado desesperançado de tudo e decepcionado com o PT, apareceu como "mais uma chance de mudar através do voto".

Por alguns meses no final de 2018, a chamada "reação democrática", que desvia as lutas das ruas para as eleições, conseguiu êxito em frear parte das lutas para que muitos só discutissem em quem votar. Com a honrosa exceção de mais de 30% dos eleitores, que se recusaram a ser parte desta farsa e não deram seu voto nem para Bolsonaro nem para Haddad, o restante dos trabalhadores caiu mais uma vez nesta enganação, e não apenas votou, mas boa parte se prestou a fazer campanha para um ou outro, como se estivesse em jogo uma grande mudança para o país. Um lado achava que a corrupção iria acabar e votou em Bolsonaro; o outro achava que estava defendendo a democracia-burguesa contra o fantasma do perigo fascista, e votou em Haddad. Um equívoco colossal de ambas as partes. Só estava em jogo discutir o gerente dos negócios burgueses, que seguem inalterados.

Não é nenhum exercício de adivinhação concluir que Haddad estaria tomando as mesmas medidas que Bolsonaro. Em primeiro lugar, porque foram estas mesmas medidas que Dilma tomou diante da crise econômica: Reforma da Previdência, privatizações em larga escala, corte de verbas e rendição ainda maior aos banqueiros, latifundiários e grandes empresários. Em segundo lugar, porque, apesar de ter perdido a eleição presidencial, o PT ganhou governos estaduais. E todos eles estão arrochando salários, cortando gastos sociais, e defenderam a Reforma da Previdência de Bolsonaro.

O que é preciso entender é que estes ataques são uma política de classe! A burguesia necessita destas medidas para manter sua taxa de lucros. O Estado burguês exige estas ações, seja do governo de plantão que for. E os trabalhadores só irão derrotar estes mesmos ataques se romperam com a concepção eleitoreira e reformista de que é nas eleições que podemos ter grandes mudanças na realidade. Nem vai haver grandes avanços pela eleição, nem se vai defender democracia nenhuma por meio das urnas, quando um dia ela estiver realmente ameaçada - e menos ainda através do voto em candidatos de partidos burgueses, abandonando o classismo mais elementar.

**As lições sobre um fascismo que não veio e nunca esteve colocado.**

Há menos de 1 ano, dizia-se que, sob um governo Bolsonaro, os ativistas estariam todos mortos, presos ou exilados. Que as lutas seriam impossíveis e a perseguição em massa faria da sobrevivência a principal bandeira do movimento. Para se chegar a estas previsões apocalípticas, não se analisava a correlação de forças política, o fato de virmos de um ascenso de lutas iniciado em 2012 e só fortalecido desde então, e nem sequer se considerava que a própria burguesia mundial e nacional não teria nada a ganhar com um regime fascista neste momento. Toda a base desta "análise" eram declarações de Bolsonaro e seus aliados. Um erro tão idealista como considerar que a Venezuela e seus aliados eram socialistas por conta das também enfáticas e fortes declarações de Chávez ou Maduro neste sentido. 99% da esquerda discursava desesperada, com medo e propondo alianças com a burguesia e táticas apenas defensivas supostamente “antifascistas”.

Entretanto, as classes e os sistemas políticos se movem conforme medidas materiais e interesses e oportunidades concretos. Neste sentido, nunca esteve colocada a possibilidade de uma ditadura ou menos ainda do fascismo no Brasil neste momento. Fizemos documentos inteiros sobre isso antes da eleição e depois dela, antes da posse, mas nada mudava o discurso alarmista e irracional dos setores oportunistas da esquerda. Até que a vida tratou de mostrar isso de maneira rápida e brutal como só o choque de realidade pode fazer. Hoje, com exceção de alguns indivíduos desvairados, nem é necessário mais perder tempo com esta discussão, que contaminou tanta gente por tanto tempo. O regime não mudou, a democracia-burguesa segue inalterada e as massas nunca deixaram de sair às ruas para lutar, desta vez de forma ainda mais rápida e radical do que contra outros governos. Só quem se esconderam foram as correntes e partidos reformistas e traidores.

O que é importante discutir é, à luz da desmoralização desta ameaça fantasiosa do fascismo, e do evidente ascenso das massas que levou a jornadas de lutas massivas nas ruas em maio e da greve geral de junho, o que fazer? Por trás do alarido de que viria o fascismo, sempre esteve a propaganda burguesa reformista de que "sem o PT, virá o fascismo". O cerne desta mentira era fazer crer que “ruim com eles, pior sem eles”. E que é no campo das eleições burguesas que se definiria se o país vai para o socialismo, o fascismo ou o sistema que for. Uma mentira absurda. Mas parte da esquerda, até dos que se dizem mais combativos, aderiu a esta farsa.

E por que se errou tanto? Quando se erra tão profundamente nas análises, a resposta não está em fenômenos novos, mas no erro profundo da própria análise. E não há erro de análise que fique impune, sem erro também de política. Comprar a tese de que Bolsonaro seria o fascismo, e não mais um governo neoliberal com profundos ataques econômicos e contra investimentos sociais, paralisou a luta por meses! Esta tese do mal menor, contra os "golpistas" e depois "fascistas" impediu que mais setores se pusessem nas ruas para derrubar Dilma pela esquerda, se recusando a fazer a óbvia e necessária unidade de ação junto com as massas que estavam neste processo. Este mesmo medo de uma fictícia onda conservadora inibiu a luta pela derrubada de Temer! E na época e ainda hoje impede que se construa uma saída revolucionária alternativa à eleição e à democracia-burguesa. O voto no Haddad foi parte deste equívoco de ter ficado na defensiva quando se deveria e se deve atacar. E os fatos mostram que o voto nulo e a denúncia de Haddad, Ciro e Bolsonaro como representantes do mesmo projeto caso ganhassem a eleição se mostrou completamente acertada.

O medo de ser esmagado por ameaças supervalorizadas de ataques permitiu que as direções traidoras da maioria dos sindicatos, por exemplo, sufocassem as lutas crescentes que teriam derrubado Temer em 2017 e 2018. Acordos salariais foram entregues de mão beijada, a Greve Geral foi engavetada e tudo era para "pisar em ovos" com medo de provocar um ataque fulminante da direita... A esquerda eleitoreira abandonou a disputa ideológica e se resumiu a defender o Estado de direito... Deixou na mão de grupos de direita o debate sobre a falência da democracia- burguesa e a proposta de alternativas por fora deste regime. Felizmente, porém, a realidade é sempre mais viva que os esquemas, e tanto nada qualitativo mudou sob Bolsonaro, como as massas voltaram a sair para as ruas, aos milhões, não se escondendo como teorizaram "seus líderes", e hoje é o governo Bolsonaro quem está na defensiva diante de protestos gigantescos, que só tendem a crescer muito mais!

O papel dos setores mais conscientes é organizar e convocar mobilizações, que devem ser o mais unificadas possível nas ruas, onde devem estar lutando, lado a lado, aqueles que votaram enganados em Bolsonaro, os que votaram enganados em Haddad e os 42 milhões de eleitores que se recusaram a votar em qualquer um dos dois. A disputa real que existe na sociedade não cabe num 2o turno eleitoral; é entre classes: trabalhadores contra todos os exploradores e as instituições que os sustentam: governos federal, estaduais e municipais; judiciário; congresso e assembleias; Forças Armadas; imprensa; e todos os que repetem a “necessidade e a urgência” de retirar direitos dos aposentados, entregar patrimônio público e cortar gastos sociais.

A luta é de classes! Nós, os 99%, contra eles, o 1% que governa o Brasil desde sempre e que mandou em absolutamente todos os governos que existiram, de todos os partidos. São as professoras, os pedreiros, os agricultores, as bancárias, os metalúrgicos, as comerciárias, a juventude pobre e todos os explorados e oprimidos, que deverão, juntos, combater todos os patrões: o governo de Bolsonaro em 1o lugar, mas também a oposição que ajudou a criar Bolsonaro quando esteve no poder.

**Governo Bolsonaro em crise: trazer os trabalhadores que votaram em Bolsonaro para a luta!**

O governo está em crise, cada vez tem menos apoio popular e já há rachas internos. Avançam as investigações policiais que podem levar à condenação de seu filho senador e à comprovação de que ele é chefe de uma quadrilha associada às milícias do RJ, inclusive envolvida no assassinato da vereadora Mariele Franco. Enquanto isso, as florestas da Amazônia ardem em chamas, e óleo tóxico invade as praias brasileiras sem que haja reação do governo. A hora de lutar é agora!

A correlação de forças entre as classes, hoje, mostra que os trabalhadores estão na luta e mobilizados. A onda de lutas de 2012, que culminou no levante popular de 2013, continua até hoje. Se estendeu através de um recorde de greves e manifestações com milhões de pessoas nas ruas em todos os anos seguintes, que culminaram na derrubada de uma presidente, em 2 Greves Gerais, uma megamanifestação em Brasília e a eclosão da luta das mulheres, estudantes, sem-teto, caminhoneiros e amplas camadas populares.

Nem a eleição de Bolsonaro foi na contramão disso, pois é preciso entender que 2018 apresentou um recorde de não-votos (nulos, brancos e abstenções) e o governo foi eleito com pouco mais de 30% dos votos, ainda assim com uma maioria destes eleitores tendo votado em Bolsonaro apenas como forma de derrotar o PT, eleito nas últimas 4 eleições e responsável principal pelo buraco em que o país foi parar, e que Bolsonaro está aumentando ainda mais.

O PT foi derrubado porque governou para os exploradores e, com o aprofundamento da crise, perdeu o apoio popular. Da mesma forma, Bolsonaro foi eleito por falta de alternativas e como um voto popular de repúdio a todos os demais políticos e partidos eleitoreiros. Mas nunca houve um refluxo, uma onda conservadora de massas, um giro histórico à direita nem qualquer movimento consistente em direção à ditadura, fascismo ou demais absurdos que o PT e o PSOL divulgaram. Estes partidos traidores construíram esta narrativa do fascismo e do medo com 2 propósitos: a curto prazo, justificar o voto no PT e em seus parlamentares; e estrategicamente, frear as lutas, atemorizando os ativista, apresentando as eleições como única saída. Mas esta política de fortalecer o regime democrático-burguês, assustar os trabalhadores e deixar em paz o governo Temer, e agora Bolsonaro, apenas fazendo críticas sem lutas, pensando nas próximas eleições, está sendo atropelada pelas ruas!

**O ascenso das lutas, a liberdade de Lula e o eleitoralismo.**

Quanto mais existem lutas, manifestações e greves, mais aumenta a traição das direções de massa do movimento. O grau de burocratização e cooptação das centrais sindicais e entidades como o MST e a UNE é tão grande que, além de tentar impedir que as mobilizações se multipliquem e radicalizem; quando isso ocorre, elas tratam logo de desmontar os passos seguintes. Apesar de toda a disposição de luta de milhões de pessoas, o governo Bolsonaro e o Congresso passaram a Reforma da Previdência sem nenhuma luta desde que houve a aprovação dela em 1o turno na Câmara. Até esta 1a votação, ainda houve manifestações das centrais, muito menores do que deveriam ser. Mas, depois, mesmo havendo necessidade de outra votação na Câmara e duas no Senado, os protestos não existiram. Por quê? Porque a CUT, a CTB, o MST, a UNE e todos os setores ligados ao PT e PCdoB nunca foram contra a Reforma. Os estados onde eles são governadores querem a mesma reforma contra seus funcionários. E o projeto de voltar ao poder em 2023 faz eles sonharem em já receber as reformas prontas. As lutas parciais que fizeram foi para marcar posição, mas depois cruzaram os braços e festejaram a aprovação.

Enquanto isso, todos os maiores protestos do ano surgiram de modo independente, por fora das grandes centrais, e com um conteúdo radical contra o governo Bolsonaro. CUT, CTB, MST, UNE e a imensa maioria das entidades sindicais, populares e estudantis entraram nos atos pela educação de maio e pela Amazônia em agosto apenas para tentar capitalizar eleitoralmente. Quem esperava que estas entidades que só conciliavam e desmontavam lutas nos governos do PT sairiam à luta contra Temer ou Bolsonaro se equivocou profundamente.

A sobrevivência material destas entidades determina sua política, e hoje elas são todas parte da superestrutura do Estado burguês, vivendo dos seus recursos e sustentando uma burocracia que precisa do sossego de lutas caladas para poder seguir com suas mordomias, seja o governo que for. Na vida cotidiana, tratam de apenas manter sua arrecadação e não permitir que sua base se rebele. E, como estratégia, só pensam em eleições e em voltar a ganhar ainda mais cargos e recursos, como até poucos anos.

A libertação de Lula aprofunda este processo de canalizar tudo pelas eleições. O PT já não fazia nenhum movimento para tentar derrubar Bolsonaro e nem sequer para barrar parte de suas medidas, que ele mesmo propôs na época de Dilma. Líderes do PT, como a presidente do partido, Gleise Hoffmann, e o ex-senador Lindbergh Farias foram bem explícitos, ainda no 1o semestre, de que era um grave erro defender a queda de Bolsonaro e se deveria apostar em 2022. Lula mal saiu da cadeia e falou a mesma coisa: o objetivo são as eleições de 2022. Até o PSOL, que não passa de uma corrente externa do PT, disse o mesmo, através de seu presidente, Juliano Medeiros, para quem a soltura de Lula é com “ter um craque de volta ao time”. O STF sabia disso e por isto mudou seu próprio entendimento sobre a prisão após a condenação em 2a instância. Está aí o grande acordão “com tudo, até o STF”, que Romero Jucá, ex-ministro dos governos do PT, defendeu.

A libertação de Lula fortalece as pretensões eleitorais do PT, mas também as de Bolsonaro. O governo dele, que está em crise, agora volta a ter um inimigo claro e livre, com a ameaça de voltar nas próximas eleições. Era tudo que ele queria para voltar a coesionar seus eleitores e aliados, como o “antiPT”.

Não acreditamos que este interesse unânime dos partidos, da esquerda à direita, de concentrar tudo apenas nas eleições, possa reverter o ascenso das lutas. As mobilizações são objetivas e respondem à degradação do nível de vida, que seguirá aumentando. Mas é evidente que o PT e a direção majoritária do movimento de massas fará de tudo para tentar barrar as lutas e canalizar tudo para as urnas, com Lula à frente.

Nós vamos remar contra a maré das demais corretes mais uma vez. Mas podemos estar junto com a maré das ruas. É preciso agitar na massa que nem Bolsonaro nem o PT são alternativas. Nem o retorno do PMDB de Temer ou do PSDB de FHC. Eles são todos iguais no essencial, e a saída é a ruptura com todo o sistema, através de organismos dos próprios trabalhadores.

As eleições não mudam nada e são um jogo de cartas marcadas, e os trabalhadores não podem esperar por este circo, enquanto morrem de fome e nas filas de hospitais. Nós defendemos o oposto! É urgente combater a traição de todas as centrais, sindicatos e partidos de esquerda lutando contra as reformas, os cortes de verba e as privatizações. Neste sentido, não são as eleições o caminho para mudar coisa alguma, muito menos a volta do PT.

Os mais de 40 milhões de não-votos nas últimas eleições, as greves e as lutas mostram que avançou a experiência das massas contra não apenas um partido ou governo, mas contra o regime. A tarefa é transformar esta negação do sistema em uma afirmação de uma saída dos trabalhadores, revolucionária e socialista. Infelizmente, o mais provável é que o futuro próximo brasileiro ainda seja no caminho do que foi a Argentina, com o retorno da “oposição de esquerda” ao poder, com Lula ou outro candidato. Mas não podemos descartar que o caminho seja o do Chile ou do Equador. E é para que se radicalize a saída que temos que militar.

A medida prática mais importante neste sentido é agitar junto as massas a necessidade de mais e mais mobilizações contra os ataques, a superlotação de hospitais, o desemprego, a miséria e as dívidas. São as lutas em torno dos problemas mais sentidos pelos explorados, junto da denúncia do governo e do capitalismo, exigindo o Fora Todos, que podem aglutinar os setores mais combativos e dialogar com a maioria da população, já cansada e repudiando as eleições. Devemos defender a Greve Geral, mas, enquanto isso, construir greves em cada setor em que for possível, bem como lutas populares, e articular estas lutas em torno de comitês populares.

São estes comitês, em fábricas, bairros, escolas e empresas que devem impulsionar um caminho por fora da institucionalidade. Só assim será possível tentar convencer de que existe uma alternativa os trabalhadores que romperam com o PT, mas rejeitam a antiga direita; e mostrar que ambos blocos burgueses são todos iguais e que a saída não é mais do mesmo, nem disputar o capitalismo por dentro e por eleições que não passam de uma farsa, e sim apontar uma saída de ruptura, em total oposição a todos os projetos burgueses, mais à esquerda ou à direita, que se apresentam para manter tudo como está.

Este é o desafio dos revolucionários e a política que devemos levar ao movimento de massas para disputar a consciência das massas contra as alternativas eleitoreiras e reformistas, por uma ruptura com o capitalismo.

**Fora Bolsonaro, o Congresso e o STF! Fora Todos! A volta do PT não é solução! O Brasil precisa de uma revolução!**

A decepção com os governo do PT já foi prova mais do que suficiente que é necessário e urgente construirmos uma saída socialista através da ação direta e da ruptura com tudo que está aí. Mas a eleição de Bolsonaro é uma prova maior ainda. Por dentro deste jogo de cartas marcadas, os trabalhadores só têm direito de escolher quem vai bater com o chicote nas nossas costas. Mas o mundo é muito maior do que as eleições. Quem determina os rumos do sistema são os que produzem a riqueza. É o trabalhador quem ainda faz o capitalismo sobreviver e é ele quem o vai destruir!

Para isso, é fundamental lutar! Como havíamos prevenido, o mundo não se acabaria a partir de 1o de janeiro, mas tampouco melhoraria. Nem rir nem chorar. No capitalismo é assim; mudam os nomes e os partidos, mas a exploração permanece. Temos que compreender corretamente e aprender com os erros já cometidos. A saída vira apenas dos próprios trabalhadores, e devemos lutar! Porque só a luta muda a vida! Mas lutar a serviço de uma estratégia de fato socialista, por meio de táticas que construam o caminho da revolução. Este é o maior desafio hoje em dia, para os sindicatos combativos, os ativistas honestos e os trabalhadores que vão avançando em sua consciência: construir uma alternativa de ruptura com o capitalismo, pois a crise da humanidade nunca foi tão grave e o dilema de socialismo ou barbárie nunca esteve tão dramático como hoje.

**CC, novembro de 2019**